



DIREITOS DA CRIANÇA

— A criança deve gozar de especial protecção e ter oportunidades e facilidades para se desenvolver de maneira sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.

— A criança tem direito, desde que nasce, a um nome e a uma nacionalidade.

— A criança deve beneficiar da segurança social.

— A criança tem direito a alimentação adequada, a alojamento, a distração e a cuidados médicos.

— A criança física e mentalmente diminuída, ser socialmente desfavorecido, deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que o seu estado ou situação exigem.

— A criança tem necessidade de amor e compreensão para o desabrochar harmonioso da sua personalidade.

— A sociedade e os poderes públicos têm o dever de tomar um cuidado especial em relação às crianças sem família ou às que têm meios de subsistência insuficientes. E desajet que sejam facultados às famílias numerosas, alojamentos do Estado ou outros para cuidado das crianças.

— A criança tem direito a uma educação que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos a nível elementar.

Deve beneficiar duma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de classe, desenvolver as suas faculdades, opiniões pessoais, sentido das responsabilidades morais e sociais e de se tornar um membro útil à sociedade.

— A criança, em tempo de perigo, deve estar entre os primeiros a receber protecção e socorros.

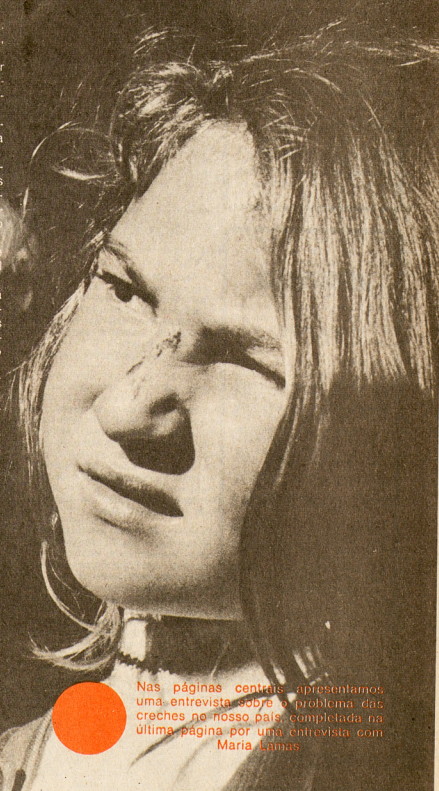
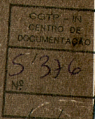
— A criança deve ser protegida de todas as formas de negligência, crueldade ou exploração.

— A criança não deve trabalhar antes de ter atingido a idade mínima apropriada; não deve, em nenhum caso, ser constrangida ou autorizada a aceitar uma ocupação ou emprego que prejudique a sua saúde e entrave o seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

— A criança deve ser protegida contra as práticas que possam levar à discriminação racial, à discriminação religiosa ou a qualquer outra forma de discriminação.

Deve ser educada num espírito de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e no de consagrar a sua energia e o seu talento ao serviço dos seus semelhantes.

(Estes direitos devem ser reconhecidos a todas as crianças sem nenhuma excepção e sem distinção ou discriminação fundadas na raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, fortuna, nascimento, ou sobre qualquer outra situação, quer se aplique à própria criança quer à sua família.)



Nas páginas centrais apresentamos uma entrevista sobre o problema das creches no nosso país, completada na última página por uma entrevista com Maria Lamas.

DIRECTOR INTERINO:

José Luis Jodes

24 páginas

Preço avulso, 3550

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Av. Duque de Loulé, 85 - 3.º

Telefs. 5 99 93/4 57 12 — LISBOA-I

DELEGAÇÃO NO NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

Rua de Santa Catarina, 922-1.º

Telefs. 380752/59 PORTO

Distribuição para postos de venda

ao público:

Distribuidora «O SÉCULO»

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Empresa do Jornal do Comércio,
S. A. R. L.

Os trabalhadores da Friarticus, em carta dirigida ao C.S.R., exigiram o saneamento do aparelho de Estado, e também o congelamento e a expropriação dos bens dos capitalistas e fascistas, que continuam a sabotar a nossa economia.

*

Os trabalhadores da Fábrica de Confeções Pereira dos Santos estão em luta contra o desemprego e contra as manobras reaccionárias e sabotadoras da Administração.

*

Os trabalhadores da Firma Xavier de Lima, que se encontram em autopesição há já bastante tempo, decidiram explorar os recursos agrícolas das quintas da Marquesa da Torre, e de S. Vicente, pertencentes à entidade patronal.

*

Os apanhadores e escolhedores de peixe e profissionais de artes correlativas do porto de Lisboa, decidiram entrar em greve de zelo por o patronato se recusar a satisfazer as suas justas reivindicações.

*

Os trabalhadores da Informação reunidos em plenário, exigiram a revogação imediata da Lei de Imprensa.

*

Mais um patrão em fuga e mais trabalhadores que a partir deste momento têm que assegurar sozinho a sua subsistência, após a acção sabotadora da entidade patronal. Desta vez isto aconteceu na Firma Rocha Bernardes.

UMA SEMANA DE LUTA

Os trabalhadores da Firma Tricope decidiram formar uma Sociedade Cooperativa de Produção — Tricope S. C. A. R. L. — para assegurarem a continuação da laboração da firma e assegurarem o seu direito ao trabalho.

*

Foi constituída uma Cooperativa Operária de Produção, a Rendimento — Cooperativa de Lavores

de Peniche S. C. A. R. L. — As trabalhadoras fundadoras desta Cooperativa apelam para que todas as trabalhadoras do ramo do conselho de Peniche, se inscrevam, a fim de obterem uma melhoria de condições sociais para todas.

*

Por despacho do Ministério do Trabalho foi suspenso «o exercício de todas as funções, sem vencimentos», o subdelegado do Ministério do Trabalho de Setúbal, dr. Almeida Santos, até «decisão do processo em curso».

*

Os trabalhadores agrícolas de Santar, distrito de Viseu, estão a tentar formar um Sindicato, para, deste modo, melhor poderem lutar contra o seu inimigo de classe.

*

Foram aprovados os Estatutos do Sindicato do Serviço Doméstico. No entanto o referido Sindicato ainda não foi oficializado por não se ter conseguido, nas diversas reuniões havidas, obter o número exigido pela Lei Sindical e que se cifraria em 2000 empregados domésticos.

*

Os trabalhadores da Fábrica de Malas Ramalho decidiram ocupar as instalações da firma para assegurar o seu normal funcionamento e garantirem o seu direito ao trabalho. Esta medida foi tomada na sequência de o patrão se recusar a pagar os ordenados de Maio, ao mesmo tempo que pretendia encerrar as instalações.

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO ÀS DUAS DA MADRUGADA ATRAVÉS DAS ONDAS MÉDIAS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA
DOS
TRABALHADORES
PARA TODOS
OS
TRABALHADORES

CONVOCATÓRIAS

DIA 27

Pelas 21 horas realiza-se uma Assembleia Geral do Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, na sede do Sindicato, sito no Largo de Santos 13-3.ª, com a seguinte ordem de trabalhos:

Estatutos: discussão e aprovação.

DIA 28

Pelas 14 horas realiza-se uma Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Santarém, na Praça de Touros de Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Aprovação dos Estatutos do Sindicato.

Nota — É preciso a presença de 2000 associados.

Pelas 15 horas, realiza-se uma Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros (Zona Sul), no Salão Paroquial, Cova da Igreja, Moscovide, com a seguinte ordem de trabalhos: Discussão e Aprovação da Alteração dos Estatutos.

Nota — Para o acesso à Assembleia é necessário a apresentação de cartão de sócio.

DIA 30

Pelas 21 horas, realiza-se uma Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários de Lisboa, no Pavilhão Gimnodesportivo do Sport Lisboa e Benfica, Estádio de Luz, com a seguinte ordem de trabalhos: Discussão e Aprovação dos novos Estatutos do Sindicato.

Nota — É necessário a apresentação de cartão de sócio.



«Temos connosco um povo inteiro. Eis o nosso capital mais precioso» (Samora Machel)

VIVA O MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE

Hoje, dia 25, o heróico povo moçambicano festeja a sua independência, após duros anos de luta prolongada contra o colonialismo.

«ALAVANCA» saúda fraternalmente o povo do novo Estado de África que, nas novas condições de cooperação e amizade com o Portugal Democrático, permanece um valioso aliado da luta dos trabalhadores portugueses pelo socialismo.

VIVA O MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE!
VIVA A AMIZADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES COM O POVO MOÇAMBICANO!

A INTER NA O. I. T.

Alvaro Rana:

OS TRABALHADORES DE TODO O MUNDO DEVEM LUTAR PELO FIM DO CAPITALISMO



Alvaro Rana na O. I. T.: «Os trabalhadores de todo o mundo têm que lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem»

A necessidade de os trabalhadores de todo o mundo conquistarem uma nova ordem socio-económica onde não tenha lugar a exploração do homem pelo homem foi salientada pelo representante da Intersindical Nacional, Alvaro Rana, na comunicação que apresentou ao plenário da 60.ª sessão da conferência da O.I.T. em Genebra. O nosso representante falou ainda do papel da Intersindical, e da justa linha que ela defende, em concordância com a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses, apontando ainda o facto de a actual lei sindical corresponder aos princípios defendidos pelos trabalhadores durante as longas discussões havidas antes da aprovação daquele diploma legal. Referindo-se depois à estrutura da Organização Internacional de Trabalho (O.I.T.), Alvaro Rana ergueu-se contra o facto de essa organização, constituída na sua maioria por países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, ter os órgãos decisivos dominados pelos países ricos, na prática, gozarem de direito de veto.

As palavras de Alvaro Rana foram vibrantemente aplaudidas em especial pelos representantes de países africanos e latino-americanos.

«Alavanca» transcreve a seguir na íntegra a comunicação do representante da nossa Central Sindical à conferência da O.I.T., chamando a atenção dos seus leitores para a importância das declarações proferidas.

Permita-me, senhor presidente, que vos felicite pela vossa eleição para a presidência desta 60.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Representando, aqui os trabalhadores portugueses, quero em seu nome e em meu próprio nome, saudar calorosamente os nossos camaradas do Vietnam do Sul, do Camboja, da Guiné-Bissau e de Moçambique que ao ao longo dos anos de luta e sacrifício, alcançaram a tão desejada vitória sobre as forças imperialistas e, com ela, a paz necessária para construir uma sociedade livre e mais justa.

Saudamos também, com especial significado, os trabalhadores e o povo de Angola, a quem reafirmamos a nossa total solidariedade e a nossa determinação em contribuir na construção do futuro, como novo país, verdadeiramente independente.

As nossas saudações dirigem-se ainda aos trabalhadores do Chile e de Espanha, a quem reafirmamos a nossa total solidariedade e a nossa determinação em contribuir na construção da democracia e pelo aniquilamento dos regimes opressores.

Uma última e calorosa saudação para o povo da Palestina, expulsado da sua casa e terra, na defesa de interesses imperialistas.

A aceitação por esta assembleia dos vossos legítimos representantes — a Organização de Libertação da Palestina — e o reconhecimento da luta heróica conduzida pela O.I.T. é um facto de justiça que muito nos apraz registar.

Somos um país onde os trabalhadores conquistaram há pouco mais de um ano, o direito de livremente se organizarem, por isso damos tanta importância às lutas de todos os povos.

Os direitos conquistados pelos trabalhadores e a democracia em que hoje vive o povo português, resultaram, em grande medida, justo é realçá-lo, da decidida acção desencadeada na já histórica madrugada do 25 de Abril do ano passado, pelo patriótico Movimento das Forças Armadas.

Por condições de trabalho mais humanas, lutaram e lutam ainda os trabalhadores portugueses, como aliás, os de todo o mundo, conscientes da sua situação de classe. Por isso, consideramos do maior interesse o tema do relatório do Director-Geral, agora em discussão.

O tema é actual — foi aliás tratado aqui mesmo em Genebra, em Fevereiro último — no entanto, não pode ser encarado isoladamente, fora de todo o contexto socio-económico dos diversos países.

NOVA ORDEM SOCIO-ECONÓMICA

Nós, os trabalhadores no meu país sabemos bem que só uma luta constante, pode permitir essa

melhoria de condições. Mas essa luta tem de ser toda ela dirigida para a conquista de uma nova ordem socio-económica, onde não mais tenha lugar a exploração do homem pelo homem, que devolva ao trabalho as suas verdadeiras características de actividade fundamentalmente humana, através da qual o homem se realiza.

Nas estruturas socio-económicas em que vive ainda grande parte da população mundial, uma minoria privilegiada explora os seus semelhantes na ganância de obter sempre maiores lucros, enquanto as grandes empresas multinacionais subordinam aos seus interesses as economias dos países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Nestes países é efectivamente aos trabalhadores que cumpre travar e lutar por melhores condições de trabalho. Mas esta tem de ser fundamentalmente uma luta política, com o objectivo último de criar novas estruturas socio-económicas que permitam aos povos e às nações serem senhores das suas próprias destinas.

De outra forma, falar em melhores condições de trabalho pode apenas representar um pretexto para desviar os trabalhadores dos seus verdadeiros objectivos, mantendo-os na sua situação de explorados. Ora esta é, quanto a nós, a solução que não interessa aos trabalhadores.

Em Portugal vivemos neste momento a prova de que é assim. Os trabalhadores portugueses lutam e lutarão ainda — agora com maior entusiasmo — por melhores

condições de segurança no trabalho. É uma realidade, mas, derrubado o regime fascista e dados os primeiros passos para a construção da verdadeira democracia — nacionalização da banca e das indústrias básicas e o início da reforma agrária — os trabalhadores passam temporariamente para segundo plano essa justa reivindicação, para se lançarem entusiasticamente na luta pela produção.

Uma batalha que é agora fundamental para o restabelecimento de uma economia abalada por 48 anos de fascismo e 13 de guerras coloniais, ao mesmo tempo uma batalha que libertará o nosso país da subordinação aos interesses imperialistas.

É nesta perspectiva que se deve interpretar a batalha da produção actualmente em curso, e à qual aderiram as massas trabalhadoras portuguesas. Nos campos, nas oficinas, nos mais variados sectores de actividade, homens e mulheres lançaram-se ao trabalho, mas agora com a alegria de quem sabe estar a construir o seu próprio futuro e o dos seus filhos.

Infelizmente nem todos parecem compreender esta luta do povo português, desejoso de construir o seu próprio futuro. Lais-se, por exemplo, o que diz certa Imprensa internacional, vejamos-se as imagens transmitidas por certas cadeias de televisão. Vejam-se aliás como esses «modelos de objectividade» noticiam os acontecimentos em Portugal.

Para nós, não é surpresa, pois sabemos tratar-se de uma Imprensa dominada pelos grandes grupos económicos e ao serviço dos seus interesses. Eles bem sabem que o triunfo da revolução portuguesa virá a pôr em causa o seu predomínio, e por isso mesmo tentam desviar a atenção para a página histórica que hoje escrevemos.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL PORTUGUESA

Permita-me, sr. presidente, que fale agora da organização sindical portuguesa.

Os trabalhadores portugueses têm já reconhecida oficialmente a sua Central Sindical — a Intersindical Nacional — e dispõem de uma nova lei sindical, que lhes permite avançar efectivamente nas novas formas de organização.

O reconhecimento da Intersindical Nacional — central única dos trabalhadores portugueses — foi o corolário de toda a sua actividade desenvolvida desde a sua criação em 1976 e que, nem o fascismo conseguiu travar, apesar das repetidas tentativas nesse sentido, conforme reconhece agora o diploma que a oficializa.

Apesar dos inúmeros condicionais — «legatistas» impostos

* DEFESA DA REVOLUÇÃO * ASSALTOS AOS SINDICATOS

A Intersindical Nacional tornou públicos dois importantes comunicados. No primeiro refere-se às variadas tentativas contra-revolucionárias de que tem sido alvo o processo iniciado em 25 de Abril de 1974, e à determinação que as massas trabalhadoras têm demonstrado na defesa dos seus interesses e dos da revolução. Neste comunicado a Intersindical apela para o ardor revolucionário dos trabalhadores e louva a criação das Comissões de Defesa de Revolução. No segundo alerta os trabalhadores para os assaltos que se têm vindo a perpetrar contra Sindicatos, exortando-os a defenderem intransigentemente os seus dirigentes democraticamente eleitos e a reforçarem a sua unidade. Pela relevância da que se revestem estes comunicados, passamos a transcrevê-los na íntegra.

COMUNICADOS DA INTER

É o seguinte o teor do primeiro comunicado:

1. O processo revolucionário em curso, tem sido alvo das mais variadas tentativas de boicote através dos despedimentos em massa, da sabotagem económica e política, de intenções contra-revolucionárias, como o 28 de Setembro e o 11 de Março, de chantagens políticas. A caminho do Movimento Sindical Unitário dos trabalhadores, as forças verdadeiramente progressistas e ao Movimento das Forças Armadas, sempre incoercivelmente denunciadas e combatidas pelas massas populares e pelo M.F.A. numa estreita aliança que cada vez mais se fortifica e consolida.

2. A vontade claramente expressa das massas populares na mobilização pela defesa das conquistas alcançadas, tem vindo, em aliança com o M.F.A., a desempenhar um papel determinante no avanço do processo revolucionário e na clarificação do projecto político para a construção do socialismo em Portugal. Esta dinâmica eminentemente revolucionária não se compadece nem com a demagogia dos arautos da salvação do capitalismo nem com o verbalismo grosseiro dos pseudo-revolucionários. A caminho para a libertação do povo português tem assumido aspectos de verdadeiro ardor patriótico, nas fábricas, nos escritórios, nas minas, nos campos, em todos os locais de trabalho e por todo o Portugal onde a reacção tem sido sistematicamente batida pela determinação inabalável do povo trabalhador em não permitir o regresso ao fascismo. Embora para alguns, a definição do principal inimigo da revolução não se apresente com suficiente clareza, o povo trabalhador tem demonstrado conhecê-lo bem, mesmo quando disfarcado com a mais bela roupagem.

Tem sido, pois, a dinâmica das massas populares em aliança com o M.F.A. a par dumha definição clara do principal inimigo da nossa democracia, que têm impulsionado decisivamente o avanço da

revolução portuguesa rumo ao socialismo.

3. Cada vez com maior acuidade se põe a questão da mobilização das massas trabalhadoras. As tarefas que se colocam ao Povo Português passam fundamentalmente por uma situação de constante vigilância e mobilização a par de um esforço reobrado no sentido de serem encontradas formas organizativas que correspondam às solicitações da batalha da produção e seu consequente controlo por parte dos trabalhadores.

Inúmeras experiências têm sido levadas a efeito nos locais de trabalho dentro do contexto da Batalha da Produção. Os trabalhadores da Indústria Hoteleira e Turismo organizam-se para a reconversão do sector e para colocar ao serviço das camadas desfavorecidas um verdadeiro Turismo Social. No sector da Construção Civil, também os trabalhadores têm dado passos decisivos na sua reconversão ao mesmo tempo que lutam contra o desemprego que particularmente se faz sentir nesta actividade. Mas noutros sectores, como os do petróleo, transportes, fabricação de automóveis, banca, seguros, comércio de produtos alimentares, indústria têxtil, etc., vão sendo percorridos os caminhos que levarão a economia portuguesa ao controlo por parte dos trabalhadores. Também as iniciativas que os trabalhadores têm desenvolvido no sentido de contribuir para o aumento da produção neste e noutros sectores demonstram com clareza, o seu real empenhamento na "Batalha da Produção".

O dia 10 de Junho foi um exemplo de como a capacidade criadora das massas trabalhadoras aumenta a cada momento do processo revolucionário.

4. Contudo muitos interesses se procuram sobrepor a estas tarefas revolucionárias na tentativa de criarem entre o povo trabalhador um clima de impotência e confusão, onde facilmente a divi-

são e a descrença possam ter lugar.

As forças reacçãoárias e aqueles que consciente ou inconscientemente fazem o seu jogo, reobram as provocações, promovem manifestações demagógicas, procuram provocar o divisionismo entre as massas trabalhadoras, no próprio M.F.A. e entre a sua aliança, motor do processo revolucionário em curso.

Também o anquilosamento do aparelho de Estado tem provocado um impasse na resolução de alguns problemas fundamentais dos trabalhadores, com repercussões graves ao nível do funcionamento de serviços indispensáveis. Os problemas que têm surgido a nível das instituições da Previdência são uma consequência do atraso referido e cuja resolução está estreitamente ligada ao cumprimento das individuais reivindicações dos trabalhadores.

Contra estas manobras a Intersindical Nacional alerta os trabalhadores no sentido de combaterem e desmantelarem os focos reacçãoários ainda existentes nos diversos sectores da vida económica e política, de consolidarem a unidade nos seus locais de trabalho, nos sindicatos, em toda a estrutura sindical, de intensificarem a vigilância contra possíveis actos provocatórios, nomeadamente no aparelho produtivo do país, de multiplicarem as iniciativas no

de trabalhadores, sindicatos, uniões e federações a incentivarem a sua rápida implantação em todos os locais de trabalho. Unidos, Organizados e Vigilantes, Venceremos.

O ASSALTO AOS SINDICATOS

Diz o segundo comunicado:

Desde se tentativas de lançar a confusão no seio dos trabalhadores através da manipulação emotiva de princípios que nada têm a ver com os reais interesses das classes exploradas, caso do princípio do "pluralismo sindical", até ao uso da violência contra dirigentes ou delegados sindicais a reacção e seus lacaios, têm lançado mão dos processos mais traicoineros e criminosos contra a unidade dos trabalhadores e suas organizações sindicais.

O assalto a Sindicatos tem sido, um dos processos utilizados, normalmente como manobra tendente a sabotar deliberações livres e democraticamente discutidas e aprovadas em assembleias anteriores ou como forma de derrogação directa e representativa eleitas por voto secreto pela maioria dos trabalhadores.

No passado dia 15 de Junho o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil expressa a sua indignação por um ataque deste tipo, por parte de um grupo aventureirista manipulado por conhecidos reacçãoários do sector.

O Secretariado da Intersindical Nacional expressa a sua indignação e a de aces trabalhadores da Construção Civil e a Direcção do seu sindicato democraticamente eleita e condena veementemente o assalto às instalações do seu Sindicato efectuado por tais divisionistas.

No momento em que os Trabalhadores da Construção Civil se encontram vivamente empenhados na batalha da produção, na luta pelo direito ao trabalho e na aprovação dum contrato colectivo vertiginoso que lhes dá efectivamente as condições de vida e de trabalho a que têm direito, esta manobra reacçãoária é uma tentativa evidente do patronato, através dos seus agentes de lançar a confusão no seu seio e entrar a sua luta.

O Secretariado da Intersindical Nacional manifesta publicamente a sua preocupação com este assalto a coincidir com toda uma escalada das forças reacçãoárias, contra a unidade das massas populares, contra o M.F.A. e contra a sua inquebrantável aliança.

O Secretariado da Intersindical Nacional exorta os trabalhadores da Construção Civil a defenderem intransigentemente o seu Sindicato e os seus dirigentes democraticamente eleitos e a reforçarem a sua unidade em torno dos seus reais objectivos revolucionários. Vigilantes na Defesa da Unidade! Intransigentes contra os Divisionistas Unidos e Organizados Venceremos!



campo da "BATALLA DA PRODUÇÃO" e necessariamente em todos os aspectos do seu controlo.

5. Desde o 25 de Abril de 1974, na sua luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pelo saneamento de estruturas e indivíduos corruptos e incapazes, pela aplicação de contratos colectivos de trabalho, pelo direito ao trabalho e contra os despedimentos, aliada à luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço do processo revolucionário, os trabalhadores vêm ponndo em prática formas organizativas originais de defesa da revolução.

A Intersindical Nacional saluda a criação das Comissões de Defesa da Revolução e exorta os delegados sindicais, comissões de delegados sindicais ou comissões

CORTACOR COELENTRIO: A SOLIDARIEDADE DE FRENTE AO FOGO

É, efectivamente, na adversidade que revela o carácter e determina a personalidade dos homens. Hoje como ontem, o espírito revolucionário, dinâmico, empreendedor e esforçado dos trabalhadores do nosso país, tem dado sobejas provas. Ontem, lutando denodadamente contra os exploradores capitalistas, contra as perseguições, espancamentos, torturas e prisões a que os procuraram submeter os esbirros do governo fascista. Resistindo heróicamente a todas as vicissitudes, soube a classe operária, através das suas organizações revolucionárias, encontrar o caminho para a libertação. Hoje, livres das propensões e astucias dos seus algozes, compreendem, ainda, os trabalhadores a necessidade de, quando o exija a Revolução, fazerem os mais elevados sacrifícios.

Com efeito, foi uma atitude de coragem e sacrifício a que assumiram os trabalhadores da fábrica de cortiças CORTACOR, quando na madrugada de 1 de Fevereiro, do corrente ano, se viu sob a ameaça de desemprego, devido a um terrível incêndio que, praticamente lhes destruiu, na quase totalidade, o seu local de trabalho.

Procurámos, pois, averiguar como souberam e puderam esses 420 homens superar, revolucionariamente, aquela crise.

Para o efeito, contactámos com o presidente do Sindicato dos Corticeiros do Montijo, o camarada António Fonseca, que começou por nos dizer: «O CORTACOR estava no momento, a atingir o ponto de laboração plena, uma vez que tinha grande volume de encomendas, ocupando totalmente os seus trabalhadores. Peggava-se até em criar mais 50 postos de trabalho, para dar vazão a este grande fluxo de encomendas. A última recábula, veio de Espanha, e rondava os 37 mil contos. Foi precisamente nesta fase de desenvolvimento que, infelizmente, se deu o incêndio.»

Porque temos assistido a uma escalada reacção no nosso país, que procura por todos os meios tornar caótica a nossa economia, levantámos a hipótese de ter havido fogo posto, ao que o nosso interlocutor respondeu «não ser muito viável esta eventualidade, uma vez que no dia que antecedeu do sinistro, terem estado operários a trabalhar na fábrica até às seis horas da tarde. Por outro lado, o inquérito que está a decorrer, a cargo dos bombeiros, embora não completo, ainda, não deixa prever esta hipótese.»

OS TRABALHADORES DIZEM NÃO À INDEMNIZAÇÃO

Eis assim 420 trabalhadores ameaçados com a situação de desemprego, por falta de local de trabalho. A fábrica estava, no entanto, coberta pelo seguro, conforme nos informou o amigo António Fonseca, pelo que os trabalhadores teriam direito a uma indemnização que funcionaria como subsídio de desemprego.

«De facto, se os trabalhadores se abandonassem ao seu infortúnio e deixassem cair os braços, adviriam, naturalmente, grandes perdas para o Estado e para os próprios trabalhadores. Por outro lado, e porque as companhias de seguros foram nacionalizadas, todos esses subsídios resultariam em prejuízo para o erário nacional por outro, deixando de efectuar as encomendas existentes que eram muitas, ressaltar-se-iam duramente a indústria corticeira, a economia nacional e os próprios trabalhadores, que ficariam inactivos por um largo período.»

Dentro desta ordem de ideias, decidiram os trabalhadores da CORTACOR «distribuir-se, consoante as possibilidades, por três outras fábricas ligadas ao sector: a PABLOS, a MARCORIL e a FOCOL Assim, cerca de 60 homens estão na PABLOS, outros tantos na MARCORIL; outro grupo vai reabrir a FOCOL, que estava encerrada, outro ainda na parte da fábrica que não ardeu, e, finalmente, um último que entrou, imediatamente nas suas férias legais.»

Este espírito de iniciativa dos trabalhadores foi devidamente apreciado e louvado pelo ministro da Indústria, quando este se deslocou ao local do sinistro, logo após a sua ocorrência.

A LUTA NA PABLOS

Falaremos, então, connosco dois representantes da PABLOS, LDA, empresa que se encontra em autogestão, com intervenção do Estado, e que, apesar da solidariedade manifestada para com os seus camaradas, está em fase de luta, para resolver os seus próprios problemas. Adelino Martins, da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Administrativa, nomeada pelo Ministério da Indústria foi quem começou por nos fazer o historial da firma: «Em 1967, esta fábrica foi comprada por Adelino Mira, o ex-gerente, pela quantia de 15 mil contos, a serem pagos à razão de 1500 contos anuais, abrangendo todo o activo imobilizado, bem como a ausência de dívidas e a enorme carteira de clientes, que a empresa possuía.»

Eram boas, portanto, as pers-

pectivas para a PABLOS, não fosse o facto de «desde 1967 até 1974 a gerência do Mira se ter tornado desastrosa, visto que não investia, e ainda por cima pagava as prestações do custo da fábrica com o produto do trabalho nela efectuada, em vez de pagar com dinheiro próprio. Por outro lado, só em Novembro de 1974, e devido à pressão exercida pelos trabalhadores, quando a carteira de encomendas já se encontrava praticamente a zero, se decidiu a enviar o único vendêdo existente, na altura, fazer prospecção e avaliação do mercado internacional. Foi mesmo o produto dessa viagem que permitiu aguentar a situação, agora mal, até Fevereiro de 1975.»

Entretanto a PABLOS foi pedindo empréstimos consecutivos ao Banco Nacional Ultramarino, com juro elevado, resultando neste momento uma dívida de cerca de 10 mil contos.

Em Março de 1975 o ex-gerente reconheceu a impossibilidade de efectuar o pagamento dos vencimentos a todos os trabalhadores. «Reunimo-nos em plenário disse-nos o camarada Adelino Martins — e ai foi decidido que só receberíamos no caso dos pagamentos serem feitos tanto à parte administrativa como à fábrica. Como o Mira se manteve na mesma posição, resolvemo-nos pela ocupação da fábrica e eleição democrática de 10 camaradas que passaram a constituir a Comissão de Trabalhadores. Estes, por sua vez, nomearam uma Comissão Executiva constituída por 3 elementos: Maria Emília Vieira, Cristiano Pinha e Adelino Martins. Estas comissões foram, mais tarde, nomeadas oficialmente em Conselho de Ministros, começando a trabalhar a 15 de Maio.»

MANTER A SOLVENCIA DA FABRICA

Desde o início do processo, revelaram-nos os nossos amigos, que tem havido um apoio efectivo e impulsionador da parte de todas as entidades oficiais ligadas ao caso: o M. F. A., os trabalhadores do Banco Espírito Santo (sem processo constituído concederam um empréstimo de 1750 contos, para pagamento de salários em atraso, relativos ao mês de Março) e o Ministério da Indústria, de quem dependem.

«Neste momento — disse-nos ainda Adelino Martins — procuramos manter a solvência da fábrica através da reconquista de clientes no mercado nacional e internacional, bem como, pedindo novos empréstimos à Banca. Agora, mais do que nunca, até porque temos

connosco alguns camaradas da CORTACOR, precisamos de nos manter à superfície.»

Com efeito, demonstrando a sua vontade e um espírito de classe notável, os trabalhadores da PABLOS souberam igualmente responder, solidarizando-se com os seus camaradas de trabalho, ao apelo lançado pelo primeiro-ministro, relativo à balança de produção, defendendo eventuais perdas de divisas, que representariam o não cumprimento das encomendas feitas à CORTACOR: «Logo após o incêndio, os trabalhadores e a entidade patronal da CORTACOR, representantes do sindicato e do Ministério do Trabalho, dirigiram-se à nossa Comissão de Trabalhadores, expondo a situação em que se encontravam, pelo que imediatamente convocámos um plenário, onde ficou decidido, unanimemente, que ficaríamos a trabalhar connosco cerca de 60 camaradas da CORTACOR, utilizando as máquinas que tinham disponíveis. Foi assim, uma vez que não estávamos em pleno rendimento, pelos motivos que já foram apontados. Pensamos, mais tarde, vir ainda a absorver mais 70 camaradas. É claro que não estabelecemos qualquer renda pela utilização das máquinas. A CORTACOR, comparticipará nas despesas relativas à energia eléctrica e desviará para nós as encomendas que não possa satisfazer.»

RECONVERSAO DA INDUSTRIA CORTICEIRA

Foi a vez do camarada Alberto Medeiros, técnico de contas da PABLOS intervir para nos dizer que no seu parecer se poderiam resolver muitos dos problemas que afligem a indústria corticeira no caso de se atacarem determinados pontos necessários à reconversão daquela actividade.

Assim, se poderíamos considerar quatro pontos:

1.º — Nacionalização da cortiça, desde o sobreito até à prancha, com a criação de uma entidade estatal que colheste, tratasse, classificasse, tabelasse e distribuisse a matéria-prima, conforme as necessidades dos sectores de transformação.

2.º — Nacionalização da exportação, através da criação de uma entidade estatal que centralizasse os processos de compra, publicidade e venda ao estrangeiro, distribuindo depois a sua carteira de encomendas conforme a capacidade de produção de cada empresa, a fim de evitar desequilíbrio de trabalho.

3.º — Aumentar a base nacional da colocação da cortiça natural, para fugir às pressões dos mercados Internacionais, obrigando o uso da rola de cortiça em todo o vinho vendido em Portugal (e não no vinho de marca), o que aumentaria consideravelmente o mercado nacional da rola; obrigando o uso do disco, em cortiça natural, em aglomerado, em vez do plástico.

4.º — Redução considerável da exportação de cortiça em prancha, porque se aumentaria, assim, a venda do produto manufacturado, dado que a nossa produção de cortiça constitui cerca de 60 % da produção mundial. Esta solução seria idêntica ao primeiro, porque é sempre muito mais rentável vender-se o produto já transformado, em vez da matéria-prima bruta.»

SINDICATO DOS SEGUROS

Como é do conhecimento geral, os corpos gerentes do Sindicato dos Seguros de Lisboa, demitiram-se no passado dia 17. Baseia-se tal decisão no facto de terem sido aprovados por ligeira maioria (800 votos favor, contra 700), de princípios de base concubentes à gestão das Companhias de Seguros. Esses princípios, assentando na autogestão, tomam, no momento presente, carácter contra-revolucionário, na justa medida em que, vindo ainda todos nós numa sociedade de cariz capitalista, onde os trabalhadores não detêm o poder político e económico, scitá-los-se a proposta seria o mesmo que pôr trabalhadores a explorar outros trabalhadores e que o mesmo é dizer, uma situação em que os trabalhadores por parte deles, caíam na prática da exploração do homem pelo homem, embora sob formas encapotadas. Contactámos os Corpos Gerentes do Sindicato dos Seguros que nos fizeram um breve historial das circunstâncias que os levaram a tomar tal grave decisão.

Um dos camaradas presentes começou por nos dizer que "meia dúzia de actiões manobram sectores de trabalhadores não suficientemente esclarecidos politicamente, que em virtude disso e pelo

facto de pertencerem a um sector pequeno-burguês, recalam a perda de determinados privilégios".

Verificaram-se manobras várias de interferência partidária, chegando-se ao ponto de elementos efectivos do P. S. T. invocarem, abusivamente, o nome do sindicato para marcação de uma sala, a qual, pouco tempo antes, havia sido recusada à direcção do sindicato, sob a alegação de já

liantar que enquanto os projectos de decretos-leis emanados do Ministério das Finanças (nos quais a direcção do sindicato em nada interferiu) foram amplamente divulgados aos trabalhadores através das comissões e delegados sindicais, o mesmo não sucedeu com o projecto elaborado pelos trabalhadores - "socialistas", que foi efectuado num fim de semana, num encontro levado a cabo pelos mesmos

do Sindicato dos Seguros de Lisboa que «o mais importante neste momento é o desmantelamento efectivo da estrutura capitalista das Companhias, clientes que o decreto-lei que nacionalizou as Companhias de Seguros não podia, como é óbvio, modificar a situação monopolista das mesmas, nem alterar a estrutura capitalista, embora tivesse vindo criar condições para a reestruturação da indústria.

Concretamente, é necessário alterar de imediato a política de investimentos, globalizada de forma a que, através de um plano económico global, as poupanças canalizadas por intermédio desta indústria, possam, efectivamente, vir a ser aplicadas em sectores que se consideram prioritários e não, como vinha acontecendo, em que, a seu bel-prazer, se efectuavam investimentos, não segundo um plano económico global de acordo com os interesses do povo português, mas sim, de acordo com os interesses dos grupos económicos de que as companhias faziam parte, isto numa perspectiva de concentração monopolista.

Em síntese, podemos afirmar que um processo de autogestão injectado do exterior, não só não tem em consideração a situação da indústria, como, a ser praticado, não em causa a sua viabilidade económica, e jamais serviria, quer os interesses dos trabalhadores de Seguros quer os interesses de todo o povo português».

PROGESTÃO REVOLUÇÃO

ter sido marcada, embora não havendo referência a quem.

Outro camarada informou-nos que «enquanto assim se manobrava, os trabalhadores de Seguros foram literalmente "bombardeados" com circulares, telegramas e abaixo-assinados, emanados de partidos políticos, nomeadamente do P. S. e do P. P. D., com a finalidade de criar um clima emotivo que dificultasse uma discussão serena e lúcida dos projectos de decretos-leis».

Convém, por outro lado, sa-

trabalhadores e cuja divulgação foi escamoteada, tendo-se, ainda assim, tentado que no Reunião Magna, efectuada em 17 de Junho, esse projecto fosse aprovado de imediato e sem qualquer discussão prévia.

Apesar de tudo, «realizaram-se 27 Intervenções, das quais, e por ironia, apenas 6 foram timidamente a favor dos princípios autogestionários».

Nestas circunstâncias, entendem os Corpos Gerentes

Ávaro Rana na O. I. T.

(Continuação da pág. 3)

pelo fascismo e das feroces campanhas repressivas, a actividade da Interindustrial desenvolveu-se, nos últimos meses do odioso regime, agia já como coordenadora, à escala nacional, das lutas dos trabalhadores portugueses.

Após o 25 de Abril, com a derrocada do fascismo, a actividade da Interindustrial, ao surgir à luz do dia, assumiu uma dinâmica espantosa, sempre de acordo com os efectivos interesses dos trabalhadores, superando as dificuldades levantadas por forças, quer antigas, quer oportunistas, e pôde assim desempenhar importante papel na consolidação da democracia nascente.

Mas é perante os grandes atentados à jovem democracia portuguesa que forças reaccionárias dos mais diversos matizes, intentaram em 28 de Setembro do ano passado, e em 14 de Março do ano corrente ano que a força de mobilização, reflexo de uma justa linha de orientação de classe, se torna definitivamente evidente.

Prove-se com clareza quem está efectivamente ao lado dos trabalhadores e dá passos concretos para a conquista de um sistema

social que terminará com os exploradores da classe operária e das massas laborais.

O caminho traçado pela Interindustrial é o caminho apontado pela quase totalidade dos trabalhadores, por eles decidido e que não agrada, naturalmente, aos parasitas que vêem extinguir-se as esperanças de um retorno aos «saudosos anos» da colaboração de classes e dos seus privilégios. A nova lei sindical contém em si todos aqueles grandes princípios por que sempre se batem os trabalhadores portugueses e que foram realismados durante o largo período consagrado à sua discussão pública.

Ela garante a democraticidade de todos os organismos sindicais, através de votações directas e secretas e a total independência relativamente ao Governo, a partidos políticos ou igrejas.

E, na realidade, uma lei que permite aos trabalhadores organizarem-se de modo a não serem mais utilizados pelas forças interessadas em dividir-las para melhor os explorar.

De acordo com as novas condições de associativismo, consagradas na lei sindical, poderão, como até aqui, os trabalhadores prose-

guir o desenvolvimento de toda a sua capacidade de criação colectiva, força motora fundamental que em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas e todas as forças verdadeiramente progressistas, garantirão a edificação dum Portugal novo e socialista.

No plano das relações internacionais, aquele diploma vem consagrar igualmente, os princípios defendidos pelos trabalhadores: o desejo de manter com todas as organizações sindicais estrangeiras, de âmbito nacional ou mundial, a mais estreita cooperação e as mais fraternas relações, sem permitir a quem quer que seja, a interferência nos nossos assuntos internos.

A DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA O.I.T.

Gostáramos ainda de salientar um ponto da O.I.T. desta 60.ª sessão da Conferência por o considerarmos de extrema importância. Trata-se da democratização das estruturas da O.I.T., de modo a que passe a acompanhar a evolução do mundo moderno, reflectindo uma realidade nova que é já bem diferente da época em que ela fora criada.

O problema foi já focado nesta tribuna por vários oradores que não atenderam, de forma a merecer o nosso inteiro apelo.

Na realidade, consideramos que nada justifica que numa organização constituída, na sua esmagadora maioria, por países em vias de desenvolvimento e de diversos sistemas políticos, os órgãos de direcção sejam predominantemente constituídos por países ricos e de economia capitalista, o mesmo assento permanente no conselho de administração e que gozam, na prática, de direito de veto.

Por isso, fazemos sinceros votos que do trabalho da Comissão de Estrutura e do Grupo de Trabalho, resultem as alterações necessárias que ponham termo à actual situação, o que só será possível se na composição do C.A. se tiver em conta uma disposição geográfica dos países membros e a existência no mundo de diferentes sistemas sociais.

Para terminar, queremos expressar os agradecimentos da delegação dos trabalhadores portugueses, àqueles delegados que de uma forma ou de outra, mas sempre com simpatia, se referiram a Portugal e à sua actual situação democrática.

Os trabalhadores da antiga firma João Vilela e Ribeiro, Lda. entraram em conflito com a entidade patronal, pelo que, e após a necessária exposição do caso ao Ministério do Trabalho, deliberaram constituir-se em Cooperativa de Produção



CONSTITUEM-SE EM COOPERATIVA DE PRODUÇÃO

ESTOFADEOS

Procurámos, pois, saber as causas desta decisão e, simultaneamente, das consequências que esta situação acarreta para os trabalhadores, bem como dos problemas com que se debatem e das soluções que preconizam para o seu ramo profissional.

Foi o camarada Vitor Teixeira que começou por nos dizer: «Os trabalhadores desta firma pretendiam, justamente, que lhes fossem pagos os vencimentos retroactivos desde Setembro de 1974, bem como os subsídios de férias. O patrão negou-se sempre a fazê-lo, alegando não ter dinheiro disponível, para o efeito. Recorremos, então, ao nosso Sindicato, que fixou como prazo para o pagamento daquelas quantias, a data de 31 de Março de 1975. Mesmo assim, João Vilela, o patrão, continuou a dizer que não podia pagar. Em 28 de Abril decidimos não o deixar entrar na oficina, tendo-nos dirigido ao Ministério do Trabalho, onde expusimos o caso. Por sua vez, aquele Ministério prorrogou o prazo para pagamento até 6 de Maio, nada acontecendo, tal como esperávamos.»

A FORMAÇÃO DA «COOPERATIVA 7 DE MAIO»

Foi nessa altura que decidiram os trabalhadores formar a Cooperativa de Produção 7 de Maio, Estofos e Decorações pelo que iniciaram os necessários procedimentos legais.

Quanto a este assunto, disse-nos Leonel Dias: «Temos já em nossa poder o documento que nos permite transformar esta firma na nossa Cooperativa de Produção. De momento, o nosso problema é conseguirmos reunir o dinheiro necessário para o efeito. Somos dez trabalhadores e precisamos pagar cada um, 100.000, de modo a podermos pagar o reconhecimento das assinaturas, embora, para tanto, seja necessário que, primeiro, recebamos o dinheiro correspondente a um trabalho que efectuámos e entregámos, na semana passada. Quero dizer, com isto, que a nossa luta diária é dirigida à sobrevivência da firma, de modo a não cairmos na situação de desemprego. Embora depois de termos legalizado a Cooperativa, tendíamos continuar a descontar

para a Caixa de Previdência os 5% sobre o nosso vencimento, não poderemos, de modo algum, sob o grave risco de entrarmos em situação de insolvência, continuar a descontar os 17% que, teoricamente, o patrão descontava sobre o vencimento de cada trabalhador da firma.»

A título de «curiosidades» e com o intuito de alertar, sempre, os trabalhadores contra as manobras reacionárias e exploradoras de alguns representantes da entidade patronal, transcrevemos um extracto da Acta de Acordo, assinada no Ministério do Trabalho, pelas partes intervenientes: «A entidade patronal reconhece a legitimidade da posição dos trabalhadores que lhe advém de direitos negados, tais como, salários em atraso, retroactivos, descontos não feitos para a Caixa de Previdência, etc...».

Apesar, no entanto, de não ter efectuado qualquer pagamento pela entidade patronal, os trabalhadores têm subsistido, sem criarem novas dívidas para a empresa, como nos afirmou o camarada Vitor Teixeira: De facto, temos conseguido que as encomendas se mantenham, o que nos permite pagar todas as despesas (vencimentos, aluguer da loja, contas de água e electricidade, telefone, etc.) e sem ficarmos a dever nada a ninguém. No entanto, quase todos nós temos coisas empenhadas, mas isso não interfere, nem poderá, nunca, interferir, com o funcionamento da Cooperativa. As dívidas que existem são todas anteriores a 6 de Maio e da inteira responsabilidade do ex-patrão, pois que ele se compromete a liquidá-las, dentro do mais curto prazo de tempo, tendo, até, assinado a Acta de Acordo, no Ministério do Trabalho...»

Caso as encomendas venham a não ser pagas, os trabalhadores, a possibilidade de concessão de um subsídio, a atribuir

pelo Ministério do Trabalho, embora não esteja, ainda, nada definido.

TRABALHAR EM FUNÇÃO DAS NECESSIDADES

«Repare — disse-nos Leonel Dias — que nós trabalhamos, agora, sem horário fixo, isto é, não

temos feriados nem Sábados, e, algumas vezes, vimos para cá nos Domingos de manhã. Fazemos, normalmente, 10 horas por dia, em função das necessidades e do sobretudo, para mantermos a Cooperativa livre de dívidas.»

Com vista a solucionar, futuramente, os problemas com que se debatem as pequenas Cooperativas de Produção ligadas ao sector dos Estofos e Decorações, disse-nos Vitor Teixeira: «As pequenas Cooperativas, como a nossa, porque têm necessidade de se manterem em actividade e com um volume de encomendas, mais ou menos constante, praticam orçamentos bastante baixos. Deste modo, as firmas para quem trabalhamos têm, de uma maneira geral e aproximada, um lucro da ordem dos 40%. Somos nós, no entanto, que lutamos com as dificuldades e que produzimos. Acharmos, pois, que a solução devia ser todo o reunido em Cooperativas de maior dimensão, tal que, por sua vez, poderiam trabalhar sob a administração do Estado. Assim se produziria mais e mais barato, se criariam, eventualmente novos postos de trabalho e se repartiriam, mais equitativamente, os lucros apurados, pelos trabalhadores e pelo Estado.»

Além dos referidos, são, também, trabalhadores de Cooperativa de Produção 7 de Maio, Estofos e Decorações, os seguintes camaradas trabalhadores: Avelino Marques, Joaquim Francisco, Lidia Marques, José António, Alvaro Correia e Maria Luínda. Porque, seguramente, são necessários, um mínimo de dez trabalhadores para se constituir uma Cooperativa, assinaram, ainda, José Cabral e Orlando Jorge, membros do Conselho do Operários da Indústria de Madeira e Oficinas Correlativas do Distrito de Lisboa.

VERTICALIZAÇÃO SINDICAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Em Abril começou o processo de verticalização sindical do sector químico, mais propriamente no dia 13 com uma reunião efectuada no Sindicato dos Trabalhadores do Escritório, com elementos das Direcções Sindicais dos Sindicatos de Cobradores; Contínuos; Electricistas; Enfermagem; Engenheiros Técnicos; Metalúrgicos; Profissionais de Escritório; Químicos; Técnicos de Desenho; Trabalhadores do Comércio; Rodoviários; e Ordem dos Engenheiros. Estiveram também presentes nesta reunião alguns delegados sindicais de empresas químicas.

Nesta reunião foi decidido criar-se um grupo de trabalho constituído por dois representantes de cada um dos seguintes sindicatos: Electricistas; Metalúrgicos; Químicos; Profissionais de Escritório; Trabalhadores do Comércio e Transportes Rodoviários.

Na continuação deste processo, houve um plenário no Instituto Superior Técnico, no dia 23 de Maio, com delegados de todos os sindicatos e comissões de trabalhadores. Neste plenário, com cerca de 600 presenças, expuseram-se os objectivos da verticalização sindical e suas vantagens, e alu-

diu-se à situação concreta do sector químico, expondo-se quais as perspectivas de verticalização relativamente a este sector.

Os delegados sindicais e as comissões de trabalhadores presentes comprometeram-se a levar o assunto à discussão dos trabalhadores das suas empresas, acordando na colaboração do grupo de trabalho, sempre que necessário. Ficou ainda decidido realizar-se um outro plenário no prazo de um mês.

Entretanto vários outros plénários foram já realizados, sempre que para tal o grupo de trabalho foi chamado.

Os trabalhadores dos petróleos (acerca dos quais havia um princípio quanto ao sector em que se iriam integrar) pensam neste momento que será o sector químico o que mais relacionado está com a sua actividade económica.

Presentemente entrou-se já em contacto com os sindicatos do Noroeste de Portugal, na perspectiva da formação de um sindicato único da indústria química.

Camarada Colabora com o grupo de trabalho. Para tal, aqui vai a direcção: Av. Duque de Loulé, 83 31. tel.: 457 12.

ORGANIZAR CRECHES DE EM APOIO DA MULHER

Nós sabemos que a nível geral tudo o que há a fazer no nosso país tem carácter prioritário, mas, como tão bem diz Maria Lamas, «não se pode construir um Portugal novo com crianças ao abandono». E para que essas crianças tenham as condições de existência e segurança a que o simples facto de terem nascido lhes dá direito, é indispensável que o problema seja encarado desde os primeiros meses de vida da criança, o que passa inevitavelmente pela criação de locais seguros e higiénicos onde elas possam ficar durante as horas em que os pais estão nos seus empregos. Impõem-se, portanto, para já, a organização de creches, não de creches-modelo para meninos privilegiados, mas de creches de emergência, que sejam funcionais e tenham as condições mínimas de segurança e assistência indispensáveis. A solução do problema tem que ser imediata e revolucionária como o momento que atravessamos.



Teresa Paulo: «Para as mulheres se poderem integrar na produção, é preciso que se libertem dum série de tarefas que a atam à casa»

Para nos falar do assunto, resolvemos ouvir Teresa Paulo, membro da Executiva de Lisboa do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas e responsável pelo sector das creches, junto desse movimento. Teresa Paulo, que fez estudos de Biologia, interessou-se sempre pelos problemas da infância, e o facto de ter a c. o. m. p. a. h. a. d. o. marido nas suas prolongadas estadas em Cuba (o actor Rogério Paulo, que ali esteve a dar um curso e a trabalhar como encenador), possibilitou-lhe o contacto com organismos, como a Federação das Mulheres Cubanas e o Instituto da Infância, que lhe deram uma visão das medidas tomadas em circunstâncias muito análogas às nossas.

LIBERTAR A MULHER PARA QUE POSSA DAR MAIOR RENDIMENTO AO PAIS

A. — Vamos portanto falar da criança e basicamente do problema das creches para toda a gente, creches para quem não pode pagar, visto que o que está em causa são sem dúvida, a criança das classes menos favorecidas. Visto que tu estás directamente ligada a esse problema, gostava que me falasses das condições em que sob esse aspecto se encontra neste momento o nosso país.

T.P. — Primeiro quero dizer que me parece que o problema se vai agudizar extraordinariamente nos próximos anos, à medida que a mulher for integrada na produção. Por enquanto ainda temos desempregados, mas logo que os desempregados começarem a ser absorvidos na reconstrução do país, automaticamente vamos ter que apelar para as mulheres. Ora para as mulheres se poderem integrar na produção, é preciso que se libertem de uma série de tarefas que a atam à casa. E de todas essas tarefas a mais importante



mente e uma data de coisas, tudo muito higiénico e muito impecável, temos é que pensar em tirar as crianças dos bairros da lata onde estão a ser comidas pelos ratos. Portanto, no mínimo, durante 8 horas por dia, essa criança tem que sair desse bairro da lata, dessa casa que não tem condições sanitárias de espécie alguma, para uma casa melhor, onde tenha uma alimentação equilibrada, o que é essencial, pois é fácil verse através de vários estudos a relação que existe entre a alimentação das pessoas neste país e o grande atraso mental e a percentagem de casos de atraso mental. É indispensável meter mãos à obra e ver o que conseguimos fazer, mas sem sonhos,

sem pretender fazer o melhor do mundo, porque não é possível neste momento. Nós temos-nos debruçado muito sobre o problema e eu visitei muitas creches em Cuba para saber como é que elas tinham feito no princípio da revolução, visto que se encontravam num estado muito semelhante ao nosso.

SOLUÇÕES DE EMERGENCIA PARA UM MOMENTO REVOLUCIONARIO

A. — Aliás interessa-nos particularmente que nos fales dessa tua experiência e do que foi feito em Cuba para solucionar o problema da infância.

ainda é o cuidar dos filhos. Nós não podemos estar preocupados neste momento com as mulheres que podem pagar uma creche de conto e quinhentos. Temos é que nos preocupar com as mulheres que ganham um salário mínimo e que portanto não podem de maneira nenhuma pagar uma creche. E aqui põe-se o problema: o que é que vamos fazer? Neste País não há estruturas, não há casas para isso, não há, de maneira nenhuma, pessoal especializado que dá para toda a população, porque se, por um lado, temos uma população altamente beneficiada, que tem umas creches multíssimo bem montadas, com pessoal técnico extraordinário, a ponto de virem pessoas do estrangeiro para ver essas creches, temos depois um abismo em relação a toda a imensa maioria deste País que não tem absolutamente nada.

A. — Como sempre, essa tal classe privilegiada é apenas uma minoria, que não interessa para o problema que estamos a discutir.

T.P. — Neste caso não. Nós temos que nos preocupar é com as pessoas que não podem pagar e que até nem sequer têm conhecimentos. Há mulheres que não sabem o que é uma creche. Ora ou acho que neste momento, em vez de estarmos a imaginar coisas muito bonitas para já, creches modelo, com assistência médica per-



T.P. —
manha D.
bém vieti
quando
mente de
s crech
agora, fu
ales tinh
a seguir
logo a at
Esta ide
quer diz
houvesse
mentarm
solução
pols fora
que se f
um soci
mos par
começar
horando
podemos
O que s
que tud
vantage
elas pod
cia de e
elas se
que vão
tar esse
ches têm
vel de f
empres
a crian
ches ess
ou às f
trabalha
A. —
acontec
T.P. —
tece. A
casa de
mulher
pode en
jecto d

S DE EMERGÊNCIAS ER TRABALHADOR



o melhor de
o é possível
temo-nos de
o problema
creches em
é que elas
cípulo de revo-
encontravam
emeilhante ao

EMERGÊNCIA NÁRIO

as-nos parti-
o falas dessa
que foi feito
ncionar o pro-



T.P. — É do que foi feito no Alemanha Democrática, que eu também vi lá logo a seguir à guerra, quando o país estava completamente destruído. Não fui lá visitar as creches que de eles estão a fazer agora, fui lá perguntar como é que eles tinham feito as creches logo a seguir à guerra, num lado, e logo a seguir à revolução, noutro. Esta ideia que eu apontei aqui, quer dizer de aproveitar o que houveres, fazendo as coisas rudimentarmente ao princípio, foi a solução que eles escolheram. Depois foram melhorando, claro. Porque se nós realmente vamos para o socialismo, sabemos que vamos para melhor. Portanto vamos começar pelo menos bom e ir melhorando a pouco e pouco. Não podemos é começar pelo melhor. O que se pode fazer é, primeiro que tudo, explicar às mulheres a vantagem das creches, aquilo que elas podem ganhar com a existência de creches. De tal maneira elas se hão-de interessar por isso, que vão ser elas próprias a montar essas creches. E essas creches têm que ser montadas a nível de freguesia, nunca a nível de empresa. Não convém nada, nem à criança nem à mãe, que as crianças estejam ligadas às empresas ou às fábricas onde as mulheres trabalham.

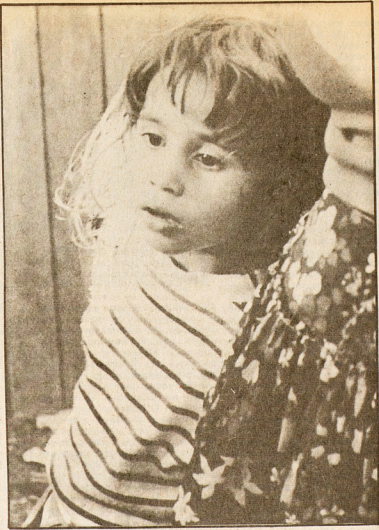
A. — Porquê? No entanto isso acontece em vários países.

T.P. — Não, em geral não acontece. As creches são junto da casa de habitação. Porque se a mulher vive longe do trabalho, não pode estar a fazer o grande trabalho do sítio onde trabalha até

casa, com uma criança pequena ao colo. E, além disso, se a mãe tem, por exemplo, de fazer compras à noite, quando sai do emprego, há-de andar a fazer compras com a criança debaixo do braço? O ir buscar a criança deve ser a última coisa que ela faz. Em Cuba o assunto está extremamente bem estruturado, porque é a nível de bairro que existem as creches e as compras também são a nível de bairro. Digamos que o bairro é a mais pequena célula habitacional. A mulher tem ali tudo, inclusive a criança está ali, inclusive agora em Cuba estão a fazer-se experiências sobre a terceira idade, em que se arranjam casas de repouso para as pessoas de idade (actualmente já existem 9 dessas casas-piloto), onde a mulher que tem em casa uma mãe, ou um pai, numa idade em que já não podem trabalhar e que ela não pode abandonar quando vai para o emprego, val por um lado deixar o bebé e por outro deixar o pai e a mãe. São os primeiros a tratar, onde há médico, onde lhes dão alimentação e onde o pai e a mãe, se não estiverem paralisados, podem sair, não se podem ir. Portanto, como já disse, os problemas da mulher são resolvidos a nível de bairro, e a creche também tem de ser resolvida a nível de bairro. Por exemplo, numa zona fabril, ninguém melhor que as mães sabem quais são as amas que tratam bem os filhos. Porque há mulheres dessas que podem ser perfeitamente recuperadas. Não sou eu, que venho cá de cima, que chego lá a balco e digo: «aquela senhora que é ama é que vai tomar conta da creche». Não, porque essa ama pode ser uma daquelas que têm armazéns de crianças. O pai sabe e que sabem quais são as que tratam os filhos com carinho, que os trazem limpinhos e cuidados. Portanto essa mulher, essa ama, pode muito bem tirar um curso rápido e ser aproveitada.

A. — Para resolver uma situação de emergência.

T.P. — Exactamente, e isso é possível. Foi assim que se fez em certos países que eu visitei. Não se pode estar à espera de raparigas que têm de tirar um curso car quatro anos à espera, com a falta de creches que há. Nós temos que agarrar nas mulheres mesmo muitas, que não têm muito interesse nas sessões de esclarecimento com mulheres e há logo das crianças. Até avós, o que é uma coisa muito engraçada. Mulheres que já têm os filhos casados, que não trabalham e se sentam um bocadinho sós em casa. Essas mulheres já criaram os filhos e já estão na altura dos



netos. Vão elas próprias tratar dos bebés. São mulheres com experiência e a gente explica-lhes que têm de lavar bem a criança, que ela todos os dias deve tomar banho, que não se põe nada na boca da criança que não esteja fervido. Quer dizer, umas noções muito rudimentares de higiene. É claro que esses seminários curtos, porque não lhes podemos chamar cursos, serão sempre completados. Em Cuba foi assim: escolheram as raparigas, essas raparigas tiraram os tais cursos muito rápidos, os primeiros tinham três meses, depois passaram para seis, depois para um ano e agora já

têm três. Mas essas raparigas que tiraram os primeiros cursos, depois das mães tem buscar as crianças, tinham cursos de aperfeiçoamento à noite. Agora é que já não é preciso, mas durante muitos anos elas tiveram esses cursos de aperfeiçoamento. Foi uma solução de emergência, mas a nossa situação hoje em Portugal exige também uma solução de emergência, não podemos estar à espera de milagres caídos do céu.

PARA DIREITOS IGUAIS RESPONSABILIDADES IGUAIS

A. — Parece-nos até que no momento em que se promove a batalha da produção, uma das formas de aumentar a rentabilidade é dar aos pais condições de trabalho sem a preocupação de terem deixado os filhos mais ou menos ao abandono. E eu disse pais porque todós nós sabemos que há pais que vivem sozinhoz com os filhos.

T.P. — Uma mãe que está sossogada com certeza que produz muito mais que uma mãe que está preocupada com os filhos. E ainda bem que falaste nos pais, pois até quando nós fazemos sessões de esclarecimento nas freguesias, insistimos sempre muito em que os pais têm que colaborar extraordinariamente nas creches. Os pais e os mães, o casal. Não é só a mãe que é mãe da criança, o pai também é pai da criança e tem que ser responsabilizado. Ele tem que perceber que aquela mãe é responsável dele também e que portanto tem que colaborar na formação dessa criança, na gestão dessa creche, na orientação dessa creche. Há ainda uma coisa que tem de ser feita devido

NÚMEROS QUE FALAM POR SI

- ★ Em Portugal morrem 50 crianças em cada mil antes de atingir um ano de idade.
- ★ Em Portugal há cerca de 100 000 crianças com problemas de atraso mental.
- ★ No Continente existem 165 cheches, sendo 16 oficiais e 149 particulares. São beneficiadas 4738 crianças.
- ★ Em Portugal cerca de 26,8% dos partos dão-se sem qualquer espécie de assistência.
- ★ Em Portugal há cerca de 346 pediatras infantis e 17 psiquiatras infantis.
- ★ Ao todo existem 4 serviços de pediatria em Portugal.

[Continua na pág. 10]

ao estado em que está o nosso país, que são os cursos para os pais. Porque não alfabetiza os pais. Por exemplo, que durante o dia uma criança esteja a ser bem alimentada numa creche e chegue a casa e lhe dêem sopas de cavalo cansado.

A. — Por exemplo, em relação aos inúmeros problemas mentais que existem no nosso país parece que está provado que a deficiência de alimentação e os erros dessa alimentação podem ser responsáveis pela grande maioria deles.

T.P. — Claro que sim, má alimentação e má higiene. Porque a vida futura da criança depende da gravidez da mãe e do seu primeiro ano de vida. Al está outro ponto extremamente importante. Ora nós sabemos que as mulheres no nosso país têm um mês de férias antes do parto e um mês depois do parto. Portanto deveria ser possível que a mãe pudesse entregar os filhos nas creches com um mês de idade.

A. — Ou que se prevísse o aumento do período de licença.

T.P. — Isso primeiro que tudo. Estou a falar das leis que existem. Nós pedimos que se actualizáramos isso. Pelo menos os três primeiros meses de aleitamento. Porque há um período que se põe: a creche impede o aleitamento. A creche de empresa permite o aleitamento mas como, por outro lado, é extremamente perniciosa até para o desenvolvimento da criança, e depois te explico porquê, convém que o período do aleitamento se prolongue por três meses.

A. — Dizes tu que a creche de empresa é extremamente perniciosa para o desenvolvimento da criança. Porquê?

T.P. — Pelo seguinte: se for a creche até aos três anos, a coisa não tem importância, mas se nós acupularmos a creche e o jardim de infância, que é uma coisa que eu acho que se devia fazer, acontece o seguinte: a criança só tem contacto com as crianças oriundas do mesmo meio. Fica portanto com os horizontes muito fechados. Portanto, só tinhamos uma creche para a Companhia dos Telefones. Bem sei que há uns que escrevem à máquina, outros que atendem as máquinas e outros que fazem isto e aquilo, mas os miúdos falam entre eles e não saem dos telefones. Ao nível de bairro já isso não acontece.

URGE ACTUALIZAR AS LEIS QUE IMPEDEM A SOLUÇÃO DO PROBLEMA

A. — Em relação às tentativas do M.D.M. para resolver o problema das creches, concretamente o que é que vocês conseguiram até aqui e o que é que está previsto?

T.P. — A Comissão de Creches foi criada porque nós sentíamos essa necessidade nas mulheres. Logo após o 25 de Abril e o aumento começaram legalmente a fazer sessões de esclarecimento, fomos a fábricas e a diversos bairros, falvamos com as mulheres e compreendemos que elas tinham creches, que elas tinham necessidade de creches. A Comissão de Cre-



CRECHES DE EMERGÊNCIA

ches nasceu de uma necessidade e começou por ser apenas uma comissão de orientação das mulheres, não só explicando-lhes o que eram as creches, a necessidade que elas tinham das creches, e a coisa ficava por aí. Acontece que em certos bairros e em vários sítios as mulheres começaram realmente a juntar-se para fazer as creches e passaram a precisar também de uma orientação técnica que nós em parte podemos dar, se bem que não fosse das nossas atribuições. Mas a certa altura tivemos que começar a trabalhar, por causa do problema dos subsídios. As creches não podem viver sozinhas. As creches que nós fomentamos são preclamente para as pessoas que não podem pagar.

A. — Mas essas creches de emergência não podem ser criadas utilizando a boa vontade das pessoas, e portanto, reduzindo ao mínimo as despesas iniciais?

T.P. — Uma creche para 40 crianças é capaz de custar cerca de 85 contos por mês. O problema está aí. Como é que a gente faz, como é que se inventa o dinheiro? Por exemplo, convém que a comi- da seja feita na creche, pois se pode estar a sobrecarregar pais

e mães que têm quatro filhos em idade de creche, com o pagamento da alimentação. Além disso, nós não podemos esquecer que a maternidade é uma função social. O Estado tem obrigação de se encarregar dessa parte, isto é, do tratamento das crianças. Ajudar a mãe é uma coisa fundamental. Até agora, nós não queremos estar a sobrecarregar o Governo, porque sabemos as dificuldades que estamos a atravessar e tratamos de resolver o problema com o subsídio por vezes de uma câmara ou de uma junta de freguesia. Mas agora encontramos neste dilema: a verdade é que não temos dinheiro para andar para a frente.

A. — Falaste também em certas burocracias, em leis ultrapassadas...

T.P. — É que há leis que estão perfeitamente ultrapassadas, espe- rto que, obrigavam cada creche que abria a ter uma enfermeira-pediatra, uma educadora, quer dizer a ter um conjunto de pessoal especializado. Ora se nós quisermos daqui para amanhã abrir 5 mil creches em Portugal, nós 5 mil enfermeiras, para as creches que conseguíssemos pôr mais ou menos

em funcionamento, já tínhamos arranjado assistência médica semanal gratuita para quase todas. Uma outra coisa que se devia fazer logo desde o primeiro dia era criar para cada criança uma caderneta de saúde e que a creche se encarregasse de tudo o que fosse vacinas, para não sobrecarregar os pais com esse problema. Essa caderneta devia ser a base de uma Caderneta Nacional de Saúde que deveria acompanhar a criança, e o adulto, durante toda a sua vida.

OS TRABALHADORES TOMAM CONSCIÊNCIA DO PROBLEMA

Em aditamento a este nosso trabalho, no qual pretendemos abordar, ainda que sumariamente, o problema da infância e alertar as entidades competentes e a população em geral, para a necessidade que há de organizar creches que possam albergar durante as horas de trabalho dos pais, os muitos milhares de crianças ao abandono que existem no nosso país, referimos uma moção aprovada pelos trabalhadores da Phillips Portuguesa, cujo tema é justamente a necessidade imediata que se impõe da criação de creches ou infantários, como lhe queremos chamar.

Como prova da tomada de consciência desses trabalhadores e apoio à sua iniciativa, transcrevemos a seguir uma parte da referida moção:

— Considerando que não existem infantários suficientes para cobrir as necessidades prementes e reais da população trabalhadora; considerando que a criança tem de ser defendida e protegida; considerando que é ao Governo que compete a responsabilidade da instalação de infantários; considerando que o problema das mulheres é um problema nacional, os trabalhadores da Phillips Portuguesa, pedem: que o Ministério dos Assuntos Sociais e as Câmaras Municipais através dos Comités de Moradores e Juntas de Freguesia trabalhem efectivamente na construção para já de infantários, em todas as freguesias, de modo a que o grave problema da protecção da criança seja resolvido urgentemente.

E O POVO, O QUE PENSA?

— Eu trabalho na Câmara popular e o meu marido teve um desluzo na coluna e ficou inválido. Como ele está em casa sempre, pode olhar pelas crianças, diz Maria Correia Taveira, uma das inúmeras habitantes desse bairro que dá pelo nome de Quinta do Narigão, instalado numa espécie de encosta para os lados da Avenida Gago Coutinho. Barracas e casas de madeira onde as crianças brincam despreocupadamente. Rotas algumas, sujas quase todas, a maior parte entregues a si próprias.

— Não temos esgotos, não senhor, começa por dizer. E nós explicamos-lhe que desta vez não é disso que se trata. É por causa das crianças.

— Tenho três filhos, um com 2, outro com 3 e outro com 4 anos. Trabalho, pois, ando a dias.

— Então é as crianças?

— Ora, ficam por aí...

— As vezes a pedir pão ao pai e a outro, acrescenta uma vizinha atenta à conversa.

— Não se posso pôr na creche, nem mesmo só aos dias mais pequenos. Quatrocentos escudos é muito para o que eu ganho. Só consigo trabalhar dois ou três meios dias por semana.

Diz-nos ainda que perto do Areiro há um sítio para as crian-

ças que ainda não têm idade de ir para a escola, mas se levam 800000 por cada uma e têm que levar comida de casa.

— So se os fosse roubar acrescenta.

Ana da Conceição é mais uma mãe que se aproxima, mais um caso igual a tantos outros. Uma situação dramática de que nem sempre se apercebem.

— Eu vivo aqui nesta barraca ainda há 15 meses, tive duas divisões. O mais novo tem seis meses e esta aqui, que é a mais velha, é que me ajuda a criar os irmãos.

— E ela não estuda?

— Não pode. Depois quem é que me ajudava? Ela ao principio ainda lá estava sempre a ajudar e a professora castigava-me.

Não vale a pena prosseguir o inquérito. Com mais ou menos variantes, as situações repetem-se.

Até quando?

II Encontro de Comissões de Trabalhadores do Distrito do Porto



* BATALHA DA PRODUÇÃO * CONTROLO OPERÁRIO

«Sem a unidade dos trabalhadores não poderá haver um Controlo da Produção, que neste momento é absolutamente essencial para a continuação da Revolução.» Esta a posição do representante do M. F. A. no 2.º Encontro de Comissões de Trabalhadores promovido pela União dos Sindicatos do Porto, no passado sábado, 7 de Junho, no Centro de Formação Profissional Acelerada, no Bairro do Carco do Porto.

Continuando os trabalhos iniciados no 1.º Encontro, o Grupo de Intervenção no sector nacionalizado e de apoio às Comissões de Trabalhadores de empresas em dificuldades financeiras, ligado à U.S.P., convocou Comissões de Trabalhadores e Sindicatos ligados a empresas dos Sectores Gráfico, Cartão-grafo, Petrolífero, Metalúrgico, Eléctrico, Hoteleiro e Turismo, Têxtil, Vestuário e Corderoiro. Representantes de Ministérios e Secretarias de Estado relacionadas com os problemas levantados no Encontro estiveram presentes, participando nas reuniões de trabalho das várias secções. Foram distribuídos pelas várias secções textos-base para apoio da discussão de acordo com as posições definidas pelos trabalhadores no 1.º Encontro. Estiveram presentes cerca de 500 trabalhadores de empresas do distrito, sendo as secções mais concorridas aquelas que englobavam os sectores Têxtil, Vestuário e Corderoiros e os sectores Metalúrgico e Eléctrico. A Ordem de Trabalhos, demasiado extensa e abordando questões muito importantes e em alguns casos de difícil tratamento, não foi cumprida na sua totalidade. Antes de leitura das Conclusões das várias Secções, foi lido um telegrama do primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, de agradecimento ao comite feito pela U.S.P. e de saudação aos trabalhadores presentes.

CONCLUSÕES DAS VÁRIAS SECÇÕES

SECTORES TÊXTIL, VESTUÁRIO E CORDOIRO

1. Formação da Comissão de Controlo da Produção a partir da Comissão Sindical, pelo alargamento desta, com a constituição de várias subcomissões consoante o número de sectores a controlar.
2. Necessidade de ganhar para o processo os trabalhadores de Escritório e técnicos da confiança dos trabalhadores fabris, dado que, pelas suas mãos, passam elementos fundamentais para se efectivar o Controlo da Produção.
3. O Controlo da Produção deve ser efectuado, tomando não a empresa isoladamente, mas o conjunto das empresas do sector e centralizando todo esse processo no Sindicato ou no organismo sectorial a criar para o efeito.
4. Dentro da Batalha da Produção é considerado um objectivo importante a elevação constante do nível da qualidade dos produtos a fabricar.
5. Necessidade da constituição de um Grupo de Dinamização por sector, que promova sessões nas empresas e cujos objectivos prioritários se dirijam ao esclareci-

mento dos trabalhadores, quanto à sua organização dentro das empresas, ao Controlo da Produção, Batalha da Produção e outras questões convergentes.

6. Necessidade dos Sindicatos terem em conta o actual momento político e as realidades dos sectores, acompanhando em paralelo, os aspectos reivindicativos como aqueles que se colocam à reconversão e melhoramento das unidades de produção.

7. Necessidade de limitar ou impedir as importações de produtos de vestuário e respectivos acessórios, elaborando uma lista dos mesmos, a fornecer ao Banco de Portugal no sentido de ser limitado o financiamento à importação de tais artigos.

8. Necessidade de limitar a distribuição comercial no mercado interno às empresas multinacionais e a todas aquelas que tenham vocação para a exportação.

9. Dentro das tarefas concretas a efectuar no local ao Controlo da Produção, destacam-se as seguintes:

- Controlo da Tesouraria e necessidade de todos os cheques serem visados pelos trabalhadores;
- Controlo de matérias-primas, essencialmente no que diz respeito a preços e qualidade, evitando a sua aquisição através de intermediários, e ainda dar prioridade como fornecedores às empresas controladas pelos trabalhadores ou pelo Estado;

- Controlo dos stocks existentes e seu escoamento;
- Controlo da aplicação dos financiamentos.

10. Necessidade da Nacionalização imediata do Comércio Externo.

11. Necessidade da criação de organismo público com a participação dos diversos sectores estatais em paralelo com as organizações dos trabalhadores existentes ou a criar, e com a finalidade de estudar a reconversão dos sectores com poderes de gestão e intervenção nas empresas privadas.

12. Criação imediata de um Grupo de Trabalho Sectorial, cujo objectivo seja a dinamização e continuação das questões agora levantadas.

SECTOR DE COMERCIO

— Face à crise do sector de produção, é de desenvolver e reforçar a intervenção dos trabalhadores em ordem à garantia de emprego.

— Que as empresas já controladas pelos trabalhadores, a quem é dada mão à tarefa de comprar e promover a distribuição dos produtos, tenham em conta os interesses dos consumidores e não os interesses de produtores que buscam exclusivamente o lucro, o que implica por parte dos trabalhadores um controlo da qualidade dos produtos.

— Que seja promovida a educação dos consumidores, para um emprego correcto das suas economias.

— Os trabalhadores devem impedir a importação de bens não essenciais ou de possível fabrico no nosso país.

— Repudiar as manobras patronais de co-gestão, reivindicando um controlo completo de toda a

(Continua na pág. 12)

Comissões de trabalhadores do Porto

(Continuação de pág. 11)

empres por parte dos trabalhadores.

— Necessidade de conhecimento de todas as empresas sob controlo de trabalhadores, para troca de experiências e elaboração de planos de trabalho comuns.

— Necessidade de conhecimento, por parte dos trabalhadores de empresas distribuidoras, das cooperativas de produção ou empresas de produção em autogestão, para planificação de trabalho em comum.

— Que a U.S.P. forneça uma relação de todas as Comissões de Trabalhadores de empresas fabricas, para que os trabalhadores de empresas de distribuição sejam correctamente informados das causas do corte de fornecimentos muitas vezes verificado.

SECTORES METALURGICO E ELECTRICO

1. Necessidade urgente do Controlo da Produção por parte dos trabalhadores, alargado a todos os sectores da empresa.

2. Necessidade de diversificação dos mercados Internacionais, a fim de se poderem progressivamente limitar as importações de artigos supérfluos ou outros, cuja produção possa ser executado dentro do País.

3. Urgência no estudo de um sistema que leve à unidade dos trabalhadores nas empresas, sem o qual a produção será extremamente afectada, perdendo-se assim a Batalha da Produção e consequentemente fazendo-se perigar muito seriamente os objectivos da Revolução.

4. Para os efeitos supracitados, criação de uma Comissão de Trabalhadores nas empresas presentes que muito brevemente irá estudar, recorrendo, se necessário, a técnicos qualificados:

- Plano-tipo de Controlo da Produção;
- Formas concretas de organização dos trabalhadores nas empresas a fim de se conseguir a unidade.

Uma vez elaborados, serão sujeitos à apreciação dos trabalhadores das empresas.

SECTORES GRAFICO, CARTONAGEIRO E DE FABRICO DE PAPEL

1. Necessidade absoluta de reforçar a colaboração dos trabalhadores Administrativos, via Sindicatos, dado ter-se concluído que este sector é o menos colaborante nas Comissões de Controlo.

2. A mobilização dos trabalhadores por parte do Controlo da Produção deve ser generalizada a todos os trabalhadores, independentemente de pertencermos via Sindicatos à Comissão criada para este fim, devendo ter-se em conta a via sindical como órgão coordenador.

3. Necessidade de estudo do mercado nacional, no sentido de 12 colocação da matéria fabricada,

dado ter-se verificado a importância do papel e outros produtos que também se fabricam no País, embora em formatos diferentes.

4. Fazer sentir ao Governo a necessidade de acelerar a reconversão da Indústria de papel, no sentido de evitar situações como a anteriormente verificada e ainda evitar a venda de matéria ao estrangeiro, que, depois de transformada, é novamente importada com a consequente saída de divisas.

5. Necessidade dos próprios Sindicatos chamarem a si a tarefa de, através do envio de trabalhadores a certos mais evoluídos, contribuir para a formação de quadros técnicos, cuja carência é notória a nível Gráfico, Cartonageiro e de Fabrico de Papel.

6. Necessidade de definição de uma política de preços após um estudo por sector, que contribuirá decisivamente para evitar prejuízos prejudiciais aos trabalhadores e que ponham em risco a sua estabilidade de emprego.

7. Apelo incondicional à ideia da criação de um Grupo de Trabalho Coordenador de Sector, visando facilitar o estudo e a resolução de problemas existentes em cada actividade.

8. Não aceitação de propostas de co-gestão feitas pela entidade patronal. Em situações que os trabalhadores considerem como única possibilidade de garantir a sua actividade profissional, visará a criação de cooperativas.

9. Apelo à consciencialização dos trabalhadores, especialmente de empresas nacionalizadas, no sentido de ponderarem devidamente fuluras reivindicações e fazendo dessas empresas um modelo de produtividade e rentabilidade.

10. Considerando a utilidade de reuniões como a de hoje, os trabalhadores dos Sectores Gráfico, Cartonageiros e de Fabrico de Papel solicitem que os Sindicatos promovam reuniões idênticas, munido previamente os trabalhadores de elementos de estudo que facilitem a análise dos problemas.

11. Os trabalhadores dos Sectores Gráficos, Cartonageiros e de Fabrico de Papel apelam para a unidade dos trabalhadores, independentemente das suas opções políticas ou religiosas, que relacionem a unidade entre si e desenvolvam a sua luta no sentido de acabar com manobras divisionistas e pôr termo à exploração do homem pelo homem.

SECTOR HOTELEIRO E TURISMO

A — Problemática das empresas controladas pelo os trabalhadores em co-gestão ou autogestão.

B — Turismo e sua reconversão e acesso dos trabalhadores a este sector.

CONCLUSOES GERAIS

— Grande utilidade destas reuniões, que se devem manter periodicamente, se possível, com a

colaboração de técnicos em Economia, Hoteleria, Direito e Gestão de Empresas, que possam transmitir nocões práticas aos trabalhadores.

— Analizar para estas reuniões todos os problemas relacionados com dificuldades económicas, sabotagem, controlo das empresas, etc., que surjam nos sindicatos.

— Recusar terminantemente soluções de co-gestão e autogestão, aceitando-as apenas como soluções últimas, e mesmo assim, como situação transitória, que deverá ser imediatamente canalizada para a criação de cooperativas.

— Chamar a atenção dos trabalhadores para os perigos que advêm de situações de autogestão, uma vez que existe sempre a possibilidade de haver desvirtuação dessa situação por parte de alguns trabalhadores, os quais poderão, eventualmente, julgar poder colocar-se em situação de privilégio, impedindo, assim, a verdadeira evolução socializante do movimento dos trabalhadores no Controlo da Produção. De realçar a necessidade imperiosa de elaboração de um Regulamento Interno a adoptar nesses casos.

— Nomear uma Comissão Coordenadora que terá como função desenvolver uma acção de pesquisa de coordenação de métodos relativos a acções e a processos a assumir na luta pelo Controlo das Empresas, e que funcionará periodicamente nas sessões a realizar no Centro de Formação Profissional Acelerada.

— Solicitar o apoio da Secretaria de Estado do Turismo, uma vez que, quanto à reconversão do Turismo, ela terá de forçosamente colaborar com os trabalhadores.

— Nas empresas controladas pelos trabalhadores, esse estreitar de relações terá de intensificar, em virtude dos objectivos que se prosseguem, para além de ser bastante significativa a participação monetária do Estado em muitas das empresas.

— Realçar mais uma vez que só a acção efectiva e concreta dos trabalhadores, na prática e não só nas palavras, é o garante da continuação do processo revolucionário no caminho de uma sociedade mais justa. Sem unidade, isso não será possível.

— Lutar para que em todas as empresas os trabalhadores assumam progressivamente o controlo das mesmas, vigilando e participando na sua gestão de um modo efectivo.

— Alertar os membros das Comissões de Trabalhadores para que mantenham sempre informados e actuaes todos os camaradas de trabalho, de modo a que estes se sintam a participar activamente no processo de gestão da sua empresa.

— Encarar, desde já, soluções imediatas e a curto prazo sobre a reconversão do Turismo.

— Exigir a rápida constituição de uma Comissão Regional de Turismo do Norte, para que se possa passar à acção; esta Comissão deverá trabalhar em estreita ligação com as Comissões de Trabalhadores e fazer-se representar nestas sessões.

(Das Comissões de Trabalhadores de três empresas do sector petrolífero se uma compareceu, não se tendo abordado os problemas respeitantes ao Sector).

Problemas da chacinaria do Montijo

Do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Chacinaria do Distrito de Setúbal, recebemos um comunicado, que dada a sua importância passamos a transcrever na íntegra:

—ALERTA TRABALHADORES CONTRA AS MANOBRAS DO CAPITAL—

—Depois de vencida a luta em que se empenharam os Trabalhadores de Gado do Distrito de Setúbal, para que fosse assinado o caderno reivindicativo a que tanto aspiravam, estes trabalhadores vêm-se de novo ameaçados pela miséria.

—O patronato, ou sejam, os suinicultores, vendo-se impotentes perante o acordo colectivo de trabalho, recorreram a uma outra arma: A Sabotagem Económica. Vendem todos os animais, lançando deste modo no desemprego centenas

de trabalhadores e na miséria as suas famílias.

Perguntamos de nós: Que direito têm esses de decidir acerca da lhes negar o pão que lhes é devido? Temos pois trabalhadores de denúncias essas manobras reaccionistas que tanto vêm entravar a revolução em que todos se encontram empenhados.

SORFEMME

Da Comissão Sindical dos Trabalhadores da SORFEMME recebemos um comunicado de que desentacamos o seguinte passo: **«Damos conhecimento que os trabalhadores da SORFEMME iniciaram a criação do COMITÉ DE DEFESA DA REVOLUÇÃO, irmados na mesma vontade revolucionária de defender os trabalhadores e o processo revolucionário a caminho do socialismo.»**

REVISTA

OS TRABALHADORES ESPANHÓIS DERROTAM O GOVERNO

Mais de oito milhões de trabalhadores espanhóis participaram nas eleições sindicais que decorreram em todo o país. Vencendo todas as barreiras erguidas pelo regime fascista de Franco contra a livre escolha dos seus representantes nestes sindicatos de classe, os trabalhadores deram uma prova esmagadora da sua consciência política e da sua capacidade revolucionária.

Na verdade, os lugares-chave de Madrid e Barcelona foram ganhos pelos legítimos representantes da classe operária. Nas fábricas com mais de seis trabalhadores prosseguem as eleições que serão concluídas no fim deste mês. Contudo os primeiros resultados já conhecidos são mais uma vitória, pois os candidatos apoiados pelas Comissões Obreras e por organizações de esquerda ganharam mais de 50 por cento dos lugares.

Escrito antes de conhecidos os seus resultados, o artigo que se aqui publicamos, não perde a sua actualidade. Antes pelo contrário: a sua leitura dá uma luz nova para a compreensão da estrondosa vitória das massas trabalhadoras espanholas, as únicas que, na Europa, estão ainda sujeitas a um regime fascista.

(Em Espanha vão celebrar-se eleições dentro do sindicato vertical fascista). (1) Os Hierarcas sindicais atravessaram várias vezes, conscientes de que lhes vão ser arrebatadas uma boa quantidade dos postos que na actualidade ocupam.

mearam a realizarem em toda a Espanha a partir do dia 11 do mês corrente), se realizassem por sufrágio directo. Apesar disso, para os outros dois tipos de cargos sindicais (regionais e nacionais) a eleição deixou de ser directa para passar a ser prorrogativa dos cargos anteriormente eleitos: as categorias inferiores elegem as superiores e assim até ao mais alto nível.

Põem-se múltiplos obstáculos para que não haja representatividade, nem sequer ao nível mais baixo: não se podem candidatar aqueles trabalhadores que não tenham pelo menos dois anos no actual emprego, nem os que tenham renunciado ao cargo se o ostentavam anteriormente, nem todos aqueles que tenham sido sancionados, multados ou presos.

Apesar de tudo têm medo das eleições porque, se saem eleitos representantes competentes e combativos, que estejam dispostos a lutar pelas reivindicações dos seus companheiros, os conflitos vão aumentar rapidamente. Até as suas próprias leis se viram contra eles.

No princípio, os representantes dos trabalhadores eram eleitos a dedo e isto era utilizado para dar-lhes postos dentro da empresa. Os representantes emão, dos trabalhadores eram os fascistas.

Tal política levou a um afastamento total do sindicato (CNS). Mas conforme foi avançando a luta, a situação foi mudando.

Surgiram as Comissões Operárias, organização sindical na qual tomam parte trabalhadores de ideologias distintas, socialistas, comunistas, sindicalistas e católicos. Está proibida pela legislação vigente. Chegou a ter tanta força nas lutas sindicais que inclusivamente se falou que seriam admitidas de uma maneira mais ou menos legal. Isto ocasionou a saída à luz de muitos dos seus dirigentes, diminuiu a clandestinidade e foram detidos os seus principais dirigentes, como Marcelino Camacho, que chegou a ser vice-presidente da secção social do Sindicato do Metal de Madrid, e que se encontra agora na prisão cumprindo uma pena de seis anos (anteriormente tinha cumprido outra de cinco).

Como consequência daquela grande «rusga» de dirigentes operários (os que não foram detidos e encarcerados, foram sancionados e despedidos, da empresa) passou-se de uma grande actividade na luta nos anos de 1966 e 1967 a uma paralisação bastante acentuada. O movimento operário ficava sem os seus principais líderes e as fábricas sem os seus dirigentes.

AS ELEIÇÕES DE 1971

Pouco a pouco, foi-se refranzendo a situação. Não obstante, quando tiveram lugar as anteriores eleições sindicais (1971) e face aos factos ocorridos, a maior parte das organizações clandestinas apoiaram um abstencionismo às urnas, baseando-se em que se fossem eleitos representantes honestos, ao constarem no sindicato com o seu nome e apelidos seriam facilmente localizáveis e por isso seria fácil exercer represálias contra eles. E se os eleitos não lutassem pelas reivindicações dos trabalhadores então a sua

eleição não interessava. Considerava-se mais importante eleger os representantes operários para cada ocasião concreta por meio de assembleias e à margem do sindicato.

Essa posição naquela momento parecia correcta, mas não foi a maioria dos trabalhadores. O número de abstenções foi muito elevado e foi um autêntico boicote.

Durante estes quatro anos, os trabalhadores sofreram as consequências desse boicote. Na maioria das empresas foram eleitos trabalhadores com 4 ou 5 votos, que, embora não sendo representativos, foram aceites pelo sindicato e portanto ficaram como representantes sindicais. Isto originou uma menor possibilidade de manobra nas lutas, já que nem tudo se pôde realizar clandestinamente. Os trabalhadores aprenderam a lição e nas actuais eleições vão registar-se uma afluência em massa.

Estão a realizar-se assembleias e reuniões para clarificar o sentido das eleições e para expor plataformas reivindicativas que os eleitos terão de defender. Apesar de ter os sindicatos na mão, o Governo tem muito medo da força dos trabalhadores. Proibe sistematicamente todo o tipo de reuniões e assembleias e não só: isto proibiu também um livro sobre este tema («As eleições sindicais»), escrito pelos advogados Eduardo Martín e Jesus Salvador, com a intenção de informar os trabalhadores sobre os processos eleitorais. Foi também apreendido o último número do boletim «Notícias Obreras» da HON (Hermandad de Acción de Acción Católica) que representa o sentimento dos católicos de esquerda.

Têm-se dado despedimentos de trabalhadores que anunciaram a presença na sua candidatura. Isto sucedeu concretamente na Motor Ibérica de Barcelona onde já foram despedidos sete, nestas circunstâncias.

CONVITE A PARTICIPAÇÃO

Todas as organizações da Oposição convidam à participação nas eleições. Trata-se de preencher todos os cargos possíveis para que o sindicato fascista seja utilizado na medida do possível pelo movimento operário. As Comissões Operárias tencionam ter em seu poder as estruturas sindicais de tal modo que na altura dum mudança de regime o sindicato passe automaticamente a ser um sindicato de classe nas mãos dos trabalhadores.

Sem lutar a dúbidas, nas zonas mais industrializadas do país, os legítimos dirigentes operários serão eleitos. Isto vai constituir mais um contra-tempo para o pernicioso regime que tentou enganar os trabalhadores com um pseudo-direito à greve inanimemente rejeitado pelos trabalhadores.

MARIA LUISA DURANTE

(1) — O sentido da expressão «sindicato vertical» em Espanha nada tem a ver com os sindicatos verticais que estão em processo de criação em Portugal. Em Espanha esses sindicatos são de colaboração de classes, pois os patrões têm ali assento.

NO A LA CONGELACION SALARIAL

★
TODOS UNIDOS A LA HUELGA EL 4 DE JUNIO

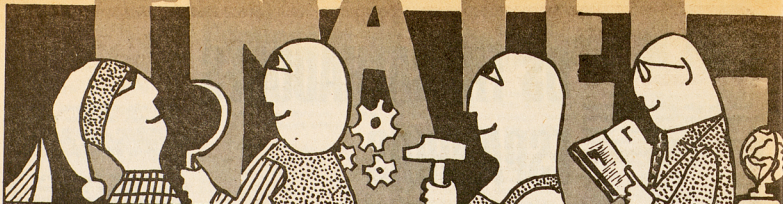
O sindicato vertical em Espanha está composto de uma forma hierárquica, dividido por sectores de produção e fazem parte destes sectores tanto os empresários como os trabalhadores. Não se trata pois de um sindicato de classe. Está feito de tal maneira que só defende os direitos do patronato e em momento nenhum dos trabalhadores.

Não obstante, o regime viu-se obrigado a dar-lhes um certo aspecto democrático ante a pressão dos trabalhadores. Consentiu que as eleições de base (que co-

★
El 4 de Junio estaremos en huelga por un futuro DEMOCRATICO



(Aqui se viu a PAZ)



PROMOÇÃO DO TURISMO SOCIAL

É já do conhecimento geral, a campanha caluniosa que no estrangeiro certa imprensa, certo rádio e televisão, de forma ignominiosa, tem feito contra Portugal.

São notórias, e mais, extremamente graves, as consequências de tal actuação, consequências que se reflectem também no turismo em Portugal, que, como se sabe, é uma das mais importantes fontes de receita nacionais.

De todas as diligências que se têm feito, quer campanhas de informação, dando a conhecer o que realmente se passa em Portugal, contestando essas campanhas caluniosas, quer diligências no sentido da real promoção, e reafirmação num verdadeiro turismo em Portugal, se insere a recente visita a Portugal, pelo presidente da Federação Francesa de Turismo e Travail, M Jean Faucher.

O INATEL, arauto daquilo que se chama turismo social, turismo de massas, turismo para trabalhadores, não podia deixar de ser contactado.

Assim, no dia 17, teve lugar na sede do INATEL uma reunião com a Comissão Administrativa em que estiveram presentes, M. Jean Faucher, Claude Boireaux, responsável do Departamento de Viagens e M. Vasconcelos, director do Centro de Turismo Português de Paris, antiga Casa de Portugal.

No final, interrogámos J. Faucher, sobre o que era o «Tourisme et Travail», os seus fins, objectivos e actividades.

Diz J. Faucher:

«Tourisme et Travail» é uma organização de Turismo Social Francesa que foi criada durante a Resistência em 1944 por militantes sindicais, por organizações de juventude e delegações populares da Resistência, que queriam estar preparadas para o dia da Libertação, para que existisse em França uma grande organização Popular de Turismo e Tempos Livres. Foi também para dar continuidade ao grande movimento em favor dos Tempos Livres Populares, que nasceu em 1936, de uma Frente Popular e da conquista das férias pagas, que se obteve graças à luta unitária de todos os trabalhadores do nosso país.

Assim em 1945, após a conquista da Libertação, «Tourisme et Travail», era a primeira e única organização a organizar de novo (numa forma totalmente nova) as férias para os trabalhadores franceses, com o pleno apoio do movimento sindical, nomeadamente da C. G. T.

Os anos passaram e o período de guerra fria que se seguiu, ocasionou inutilmente crises no movimento sindical em França, pelo que «Tourisme et Travail» como todas as associações que trabalhavam no meio operário democrático, acusaram as consequências nefastas das crises sindicais.

Sotremos numerosas acções contra nós por parte do Poder Público, que encaramos perseguições no plano fiscal, que suprimiram todos os subsídios e cré-

ditos do Estado. Temos conseguido, graças ao apoio do movimento sindical e dos trabalhadores, de «Comités» de empresas que foram criados depois da Libertação pelo 1.º Governo da Libertação do nosso país, ultrapassar estas dificuldades e, agora, «Tourisme et Travail» é a primeira organização Francesa de Turismo Social.

Actualmente, terminado o ano de 1974, contamos cerca de 350 000 aderentes individuais; 2500 «Comités» de empresa, aderentes colectivos, o que representa cerca de 1 milhão e 200 mil trabalhadores do nosso país e também grandes sectores de actividade, que são por um lado aquilo que chamamos de «Acção Reivindicativa» pela Defesa do Direito aos Tempos Livres, e a França ao Repouso para os trabalhadores; nós organizamos acções em todo o país através dos nossos aderentes, das nossas associações locais que são cerca de 130 em toda a França; organizamos as suas acções porque consideramos que a política actual levada a efeito pelo Governo Francês vai ao encontro de um turismo social e do turismo popular; é essencialmente um turismo orientado para um turismo de luxo, e que aliás as cifras o testemunham, pelo que 85% dos créditos do Estado são consagrados ao turismo de luxo e somente 15% para o turismo social. Por conseguinte conjugamos esforços pela transformação desta situação em favor do turismo social, por outro lado defendemos o direito dos campistas e dos caravanistas (mais de 150 000 pessoas são aderentes do campismo e caravanismo do «Tourisme et Travail»); nós lutamos também pelo direito dos esquiadores, por um SKY mais popular e mais democrático, e enfim, por todas as formas de férias do turismo e das práticas.

Temos também igualmente, neste primeiro capítulo das nossas actividades uma acção muito importante, por um conteúdo cultural de férias e do turismo, pois pensamos que as férias e o turismo, se são repouso e distração, são também momentos privilegiados para o encontro, o contacto com outros homens, trabalhadores,

com a sua história, a sua cultura, as suas lutas, as suas reivindicações.

Depois, o 2.º grande sector é o das actividades que nós géramos actualmente em França (17 aldeias de férias para o fundo dos «Comités» de empresa). Organizamos também viagens ao estrangeiro, a diferentes países da Europa e do Mediterrâneo; um cálculo global calcula à volta de mais de 2 milhões de períodos de férias, o que mais uma vez nos coloca em primeiro lugar entre as organizações francesas de turismo social.

Sendo-lhe em seguida perguntado quais as perspectivas da cooperação após este breve encontro, entre o INATEL e Turismo et Travail», Jean Faucher diz: «Eu direi que, depois do desportar do 25 de Abril em Portugal, temos tido a preocupação de reatizar estas viagens, de trabalhadores franceses a Portugal, pois nós procuramos à nossa maneira, muito modestamente, mas festejar a nossa solidariedade ao vosso empreendimento. A campanha, difícil de imaginar, que se fez no nosso país, em França, com jornais, na televisão e Rádio, que deturba a situação não só após o período de crise, como também de perigo constante, influencia largamente a população francesa que desejava vir a Portugal, preferindo esperar».

E neste contexto que somos obrigados a anular, no que nos concerne, as nossas previsões de viagem para o Verão de 1975, mas no entanto conjugamos os nossos esforços no sentido de uma participação mais importante para o próximo Rali-Internacional de Campismo e Caravanismo, e aqui, eu posso anunciar que mais 500 franceses participam neste Rali, com uma forte delegação de «Tourisme et Travail», estamos também persuadidos que todos estes franceses levarão um testemunho da realidade em Portugal. Nós vemos de fazer fazer o balanço das possibilidades da nossa cooperação ainda para o Outono de 1975, para a Primavera-Verão de 1976 e 1977. Posso dizer desde já que estão inscritas as despesas para a Primavera de 1976, para uma estada de 1 semana; Penso que isto é já alguma coisa de considerável para um país que não desenvolveremos graças à estreita colaboração com o INATEL, para actividades de fim-de-semana, fim-de-semana prolongadas, e espero que essas duas possibilidades, que são ainda no mesmo espírito, possam permitir a um maior número de contactos de franceses de conhecer Portugal, as suas bellezas turísticas que são maravilhosas, mas também, e principalmente o Portugal de hoje, que se libertou do antigo regime, o qual queríamos a mais vasta solidariedade.

36.º RALI INTERNACIONAL DA F. I. C. C.

De 2 a 11 de Agosto próximo decorrerá, na lagoa de Santo André, o 36.º Rali da Federação Internacional de Campismo e Caravanismo, organizado pela Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo.

Trata-se da primeira organização do seu género em Portugal, e, felizmente, no Portugal novo que todos desejávamos.

O INATEL presta a sua colaboração a este grande acampamento internacional, esperando interpretar o querer de milhares dos trabalhadores-campistas interessados em conviver e participar nas manifestações de carácter cultural e recreativo com os campistas de outros países das diferentes partes do mundo. Há que confraternizar com trabalhadores que nós visitam, assim como mostrar-lhes a verdade simples da Revolução Portuguesa, e proporcionar a nossa tradicional hospitalidade.

Certamente que os trabalhadores estrangeiros sentirão aquele calor humano, bem português, que os fará serem os hóspedes das liberdades que, de modo algum, desejamos ver ameaçadas.

A organização do Rali aceita as cartas de campismo emitidas pelo INATEL, e os Interessados deverão dirigir-se à Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, Rua Voz do Operário, 1, r/c., E., Lisboa.

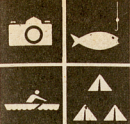
TAXAS DE INSCRIÇÃO

A Direcção da Federação e a Comissão Executiva do Rali — F. I. C. C. — comunicam a todos os campistas portugueses, que desejem participar neste grande acampamento internacional, que poderão beneficiar de uma taxa de participação com o desconto de 40% ou como alternativa utilizar gratuitamente durante 20 dias qualquer das instalações dos parques da Federação.

	Dollars	Correia portuguesa	Enfiteuse	Taxas em Escudos	Enfiteuse em Escudos
Adultos	15	37500 a)	22500		
Menores de 7 aos 15 anos	7	20000 a)	15000		
Menores em menos de 7 anos					

a) Com direito a mais 20 dias Estada em qualquer Parque da Federação

Não há quaisquer outros encargos para os campistas. Estas taxas incluem a comida, viaturas, tendas, caravanas, etc.



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

Através da Editorial O Sêculo e sob o tema «Puxe pela cabeça e divirta-se», começam a ser publicados os «Jogos Geométricos» de Pierre Berliou, para os quais não é necessária uma vasta cultura, mas que desenvolvem o poder de dedução e reflexão.

Os dois primeiros volumes publicados são:

100 jogos geométricos

e 100 jogos lógicos

**HISTÓRIAS DO TEMPO DA
OUTRA SENHORA**, de José
Vieira Moutinho — «Cader-
nos Latitude» Série Litera-
ria/1 — Edições Latitude.

Este volume é um conjunto de narrativas ou «histórias muito curtas», exuberantes de imaginação, nas quais o autor, utilizando uma linguagem directa mas muito pessoal pois é frequentemente o recurso a um vocabulário próprio que melhor descreve a sua visão das pessoas e do mundo que o cerca nos transporta a situações em que o **non-sense** está sempre presente.

OS SINDICATOS E A GESTÃO DE EMPRESAS NA U.R.S.S., de I. Lazarenko, — Col. «Estudos» da Editorial Prelo.

Do Prefácio: «Tendo abolido a propriedade privada capitalista, o socialismo eliminou a possibilidade do trabalho dum dos membros da sociedade poder ser explorado por outro membro e da apropriação dos resultados desse trabalho. Todavia, cada cidadão tem o direito de possuir bens de consumo destinados a satisfazer as suas necessidades materiais e espirituais.»

Cinema



«1.ª Semana do Cinema Búlgaro», chamamos a atenção para as sessões a que ainda podem assistir: 4.ª feira 26 Julhos Apressados, 5.ª feira 26 Julhos Apressados (às 21.30). Organizada pelo Comité de Amizade Portugal-Bulgária, este festival realizou-se no cinema S. Luis.

TV



4.ª Feira 25 — No 1.º canal temos às 19.45 Imagens da Vida de uma cidade, às 20. Das Artes e Ofícios e às 21. Programa especial dedicado à Independência de Moçambique.

5.ª Feira 25 — O Segredo dos Flamengo, série filmada italiana, exhibe-se no 1.º canal às 13.45 e no 2.º canal às 20. Ainda no 1.º canal podem ver o Programa das Forças Armadas, às 21.05 e às 22 mais um episódio da série Os Camponeses.

6.ª Feira 27—As 21 o dr. Pita-
cas Antunes e o seu Afinal
com é? parece que se man-
tém.

Sábado 28 — 1.º canal: O Mundo à nossa volta, às 14.30, Nome de Mulher, às 16.45, Memória do nosso tempo, às 19.30 e Uma pedra no charco (Sines) às 21. Em noite de cinema, se lo interessante pode ver Duelo ao Sol, um filme de King Vidor, com Jennifer Jones, Joseph Cotten e Gregory Peck.

Rádio

Alavanca — Diariamente das 0.05 às 2 h, em Rádio Clube Português, uma programa inteiramente dedicado aos problemas dos trabalhadores. Nas noites de sexta para sábado, exclusivamente dois temas: problemas económicos e reforma agrária. Interventores: Vasco Gal e Blasco Hugo Fernandes.

Movimento — Todos os dias em Rádio Clube Português, onda média, das 18 às 20 h, excepto ao domingo. As 3.ª, 5.ª e sábados, imediatamente após o noticiário das 19, a rubrica sobre Cuba, um programa de Duarte Ferreira e Luis Filipe Costa, com Luis Filipe Costa ao microfone. A não perder.

A SEGUNDA PROFISSÃO

Há profissões e profissões e a de futebolista é das mais discutíveis e, na verdade, tem sido e está a ser muito discutida, em face das novas realidades da nossa terra.

Já aqui nos referimos ao caso daqueles «emigrantes de luxo» que são os futebolistas, como Humberto e Octávio, que aceitaram propostas do estrangeiro para contratos como jamais poderiam realizar em Portugal, nunca no passado e muito menos no presente e no futuro, porque o futebol deixou de ser «maná» que era para alguns.

Alá, para poucos.
... Só que Humberto e Octávio precisamente estavam nesse escasso número dos privilegiados, possuindo um valor excepcional que lhes permitiu essa oferta tentadora, a que não puderam resistir. E com eles.

Mas deixemos as excepções, das quais já aqui nos referimos, vejamos a norma. A norma é que o futebolista português continuar em Portugal e no futebol português. Só que o futebol português vai ser outro. Como vai ser o futebolista?

Há, evidentemente, os que têm contratos firmados com os seus clubes e esses sentem-se no seu direito de ver respeitados esses contratos até ao fim do prazo consignado — mais uma ou duas épocas, pois é raríssimo um contrato fazer-se por três anos. É óptimo que as leis e os contratos se respeitem. É desejável que uma nova lei não tenha efeitos retroactivos. É desejável, de uma maneira geral, mas há casos particulares,



há momentos, há situações que podem impor essa retroactividade. Se assim acontecer, que vai acontecer a um jogador que tinha um contrato rito e terá agora de se trocar por um contrato modesto para não lhe chamar podem?

É que os clubes podem mesmo não poder pagar. Não é por gosto que se estão a desfazer dos seus craques, como Humberto, como Yazalde, como Octávio. Os clubes, quando fizeram esses contratos (muitos dos quais, na verdade, já com aspectos «suicidas») tinham ainda a perspectiva de se socorrer do crédito, tinham recebido isso mudou, com a nacionalização da banca. O dinheiro é de todos nós. Os mecenas não estão à vontade para assim o utilizarem

publica e ostensivamente na satisfação dos seus caprichos ou de outros interesses para os quais o futebol, durante anos e anos, constituiu um belo pretexto.

Claro que o problema está a ser encarado e estudado a todos os níveis, talvez com lentidão, mas também é verdade que ele se alargou demasiado complexo para permitir assim uma solução rápida. O próprio Sindicato dos Futebolistas Profissionais já apareceu publicamente com uma sugestão que nos parece muito válida para o futuro: a segunda profissão.

Por outras palavras, o Sindicato aconselha aos jogadores que nunca descurem uma outra profissão para além do futebol, para estarem à coberto de surpresas desagradáveis como aquela que se lhes depara agora e até com aspectos respeitáveis: alguns jogadores, com contratos que lhes assegurava um certo fim de vida, podem ter chamado a si encargos a que poderiam acudir em situações normais, mas que dificilmente satisfariam agora de surpresas e futebolista, regra geral, por menos preparado e mau aviso, é um sujeito imprevidente que se convence que vai jurar sempre a galinha dos ovos de ouro.

E, um dia, aparece com trinta anos e não acerta na bola e não tem contrato e não tem reservas e, na maioria dos casos, não está habilitado com uma profissão que não aprendeu. E também não estudou. Na idade de junior, quando deveria ter ido para uma oficina

ou para um escritório ou, se pudesse, para uma escola, teve logo quem lhe pagasse como futebolista.

Não há dúvida que o futebol profissional, tal como (não) estava estruturado, era um perigo de ordem social e bom é que seja agora encarado a sério e a outra luz, sem que se ignore, no entanto, os casos concretos actuais a que possa ter dado origem e que mereçam atenção e apoio.

Quanto ao futuro, a directriz já está muito oportunamente apontada por quem de direito: a segunda profissão, porque o futebol não pode durar sempre, porque o futebol não mais poderá proporcionar os largos porventos (muitos casos, mesmo escandalosos) que proporcionava (e algumas «salas-poucos») até aqui... Porque o futebol, em suma, deixará de ser um modo de vida.

Com uma segunda profissão e seu tempo praticada ou acuatelada, o jogador terá ferramentas para, aos trinta, trinta e poucos, iniciar a vida nova que está à sua frente e na qual pode ser um cidadão útil.

...Que não é cidadão inútil, note-se bem, o futebolista-encanto-futebolista, o indivíduo que tem uma «arte» para vender e que dela tira o possível proveito.

Sem esquecer a segunda vida que terá para viver.

Sem esquecer a segunda profissão que lhe permitirá sobreviver.

Carlos Pinhão

próximo
to An-
Inter-
Carava-
Cará-

alização
e, fe-
o que

colabo-
campan-
e dos
pressa-
ar nas

cul-
compa-
rentes
confra-
que

ostran-
Revo-
lúção
idade.

alhado-
e, que
o, o
algum,

lta as
s pelo
o varão
guerna
o, Rua
o», Lis-

o e a
Rali —
todos
de degra-
que
taxa
sconto

va uti-
0 dias
a par-

Encar-
com 40%
Encar-
40%

225800
120800

Estado
encar-
as ta-
turas.

BRUNNEN

MARIA LAMAS AO ALAVANCA

Quando nos propusemos abordar o problema das creches em Portugal, pareceu-nos importante ouvir a opinião de Maria Lamas sobre o assunto, pois em toda a Europa, e mais particularmente, a criança desprotegida e abandonada à sua sorte.

O nome de Maria Lamas, como mulher e como escritora, torna desnecessária qualquer apresentação, mas nunca é de mais recordar a sua constante luta pela liberdade, que a levou a sair presa mais do que uma vez e acabou por forçá-la a um exílio de dez anos, além da particular atenção que sempre deu (e que a sua obra reflecte) às miseráveis condições de vida da maior parte das mulheres do nosso país, marginalizadas por toda a espécie de obscurantismo moral e intelectual. Quando lhe falámos na necessidade de organizar creches para a grande maioria de crianças desfavorecidas que temos no nosso país e quisemos saber a sua opinião sobre o assunto, Maria Lamas mostrou-se imediatamente interessada.

— Isso daria uma conversa tão longa que nunca mais teria fim, pois, na realidade, trata-se de um problema fundamental. Por exemplo, eu estive na Madeira há relativamente pouco tempo (cerca



de dois anos) e estudei o assunto localmente, porque vi muitas crianças na rua, muitas crianças abandonadas. Tive uma assistente social que colaborou comigo num inquérito que pretendi fazer e que na altura deu o seguinte resultado: há cerca de 20 mil crianças que andam por lá abandonadas e a pedir pelas ruas, porque as mães não lhes podem dar assistência. Em geral, são mulheres que trabalham fora de casa. Essa assistente social tinha conseguido que a Câmara Municipal fizesse um jardim de infância como experiência, numa adaptação muito precária, onde metiam cerca de 140 crianças, que entravam de manhã e saíam ao fim da tarde. Comiam lá, brincavam e dormiam a sesta. Havia também as freiras de Santa Clara, que, ao todo, recebiam à volta de 2000 crianças, mas não tinham de comer. As mães mandavam para lá as crianças, só com o seu bocado de pão ou o que podiam, para não passarem os dias na rua. Contando com outras iniciativas particulares, tudo somado não chegava a albergar 4000 crianças. Talvez umas três

mil e tal. Portanto ficavam 16 000 de fora. Este é um caso concreto, e não tenho a certeza de ter feito o inquérito com grande rigor, porque muitas vezes as mães mentem ou escondem os filhos em casa.

Não se pode fazer um Portugal novo com crianças ao abandono

— «Tudo o que em Portugal se faça nunca será demais para dar ao País as crianças de que ele precisa» — diz-nos Maria Lamas.

— Portanto concorda que o problema das crianças é um dos muitos que exigem uma solução rápida?

— Não se pode fazer um Portugal novo com crianças criadas ao abandono. As crianças, e vários homens célebres o disseram, constituem um material humano do maior valor. Eu penso que tem que se fazer um esforço muito grande, o Governo e todos nós. Devia haver em cada terra, em cada aldeia, em cada bairro, quase que em cada rua um sítio, nem que fosse um parque devidamente resguardado, onde as crianças pudessem ficar. Mas o importante não é apenas albergar as crianças, mas também formá-las. A verdade é que o papel da educadora de infância é de uma responsabilidade tremenda, por



que ela tem de desmanchar o panorama humano, tem que fazer a visão que as crianças têm em relação à protecção e aos protectores. O serem educa-



das por caridade e sentírem-no é uma coisa que as traumatiza. Portanto, eu proponho a mim própria e a todas as pessoas com quem falo, que se encare este problema como um dos problemas fundamentais do nosso país. Não se pode mudar Portugal sem mudar a mentalidade da própria população. Até os livros com que as crianças estudam têm que ser alterados.

— A verdade é que há tudo a refazer.

— Tudo. Penso que seriam necessárias muitas e muitas reuniões, durante as quais se elaborassem planos concretos, que depois seriam adaptados cada um à sua região e às condições de cada ponto do País. E fundamen-

tal educar a criança com confiança nela própria. É preciso que a criança sinta que tem um lugar no mundo, que nasceu para viver, e viver implica sentir uma extensão de liberdade, para que não aprenda a mentir, a dissimular e a ser invejosa. Essa liberdade infantil não impede que, ao mesmo tempo, se vá encaminhando a criança na direcção daquilo que é justo.

— Concretamente, o que se poderia fazer para já?

— Acho que a Interindustrial devia promover uma campanha a favor do problema da criança. Não sei como, mas por exemplo, a Interindustrial está ligada a muitos sindicatos, portanto podia criar uma secção que tratasse do assunto. Primeiro, devia estudar o desenvolvimento do programa, de forma a que em cada localidade, como eu já disse, quase que em cada rua, houvesse um sítio para as crianças passarem o dia, desde que a mãe sai de casa até que regressa. Não desligadas da família nem Internadas. À noite, os filhos devem voltar para casa, para junto da família, contam como passaram o dia e os pais acompanham e estão ligados à orientação da criança. Já quando escrevi «As Mulheres do meu País», debati o problema das creches. Um livro com vinte anos e que continua actual.

— O que nos parece também muito importante é que a creche seja acessível a todos, tanto a operária como à camponesa.

— Porque na verdade há várias escolas infantis, mas custam uma fortuna. Em relação a todas as outras, são as escolas mais caras. Nem é preciso ser uma trabalhadora mais modesta, mesmo uma mãe da classe média luta com muitas dificuldades para poder pagar uma escola dessas. Mas a preparação do material humano que há-de modelar dia-a-dia, hora-hora essas crianças, também é outro problema grave. Tudo quanto a Interindustrial faça pelo problema da infância, tudo o que em Portugal se faça nunca será demais para dar ao nosso país as crianças de que ele precisa, que são a garantia da geração de amanhã.